

Fevereiro 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Maior prestação de contas	1
1.2 Inflação seria mais baixa não fosse a procura por material escolar	1
1.3 Angola continua a ser o país mais pobre da SADC	2
1.4 Sem trabalho e sem esperança	3
2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS	5
2.1 Pequenos empresários mergulhados em dificuldades	5
2.2 Mercados informais	5
2.3 Comércio precisa-se	6
2.4 Comércio selvagem toma conta da outra Luanda	6
2.5 Vendedoras do Cazenga constituem associação	7
2.6 NovoBanco rubrica acordo com Western union	7
3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	8
3.1 Refugiados cabindas recusam designação de angolanos	8
3.2 PR movimentada quadros	9
3.3 Governo atribui subsídio a partidos	9
3.4 Governo aprova convenções contra a corrupção	9
3.5 CPL reliza conselho consultivo	10
3.6 Samakuva defende eleições autárquicas	10
4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA	11
4.1 Mulheres beneficiam de projecto sobre cidadania	11
4.2 Eleições Gerais ocorrerão em 2007	11
4.3 CNE recebeu nova proposta de calendário de registo eleitoral	12
4.4 Concluído empossamento os Gabinetes Municipais Eleitorais	13
4.5 Jornalista defende isenção em coberturas de Actos eleitorais	13
4.6 Diplomata reafirma empenho do governo na criação de condições para as eleições	14
4.7 registo eleitoral deve arrancar em maio	14
4.8 Sociedade civil na agenda da CNE	15
5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	15
5.1 A universalização do ensino superior	15
5.2 Camucuío terá brevemente Instituto Médio de Educação	16
5.3 Menos latas no lugar de carteiras	17
5.4 Governo vai priorizar construção de escolas	17
5.5 Várias crianças podem perder ano lectivo no Panguila	17
5.6 Quanto é dois vezes cinco?	18
5.7 Dos alunos ao professor	20
5.8 Reforma educativa encarece material didáctico	21
5.9 As «urnas» da abstenção	22
6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	23
6.1 Político ignora Habitação e desaloja idosa	23
6.2 Aos 430 anos, Luanda não marecia isto	24
6.3 Aguas agitadas no panquila	25
6.4 A nova cidade cresce mais a sul	25
6.5 O bairro e um sapato velho, são sinónimos absolutos	26
6.6 Cidadão constrói casa no interior de uma viatura	27
6.7 Projectos vão requalificar Luanda até 2007	29
6.8 Esposa de Capapinha disputa terras	30
6.9 Político ignora Habitação e desaloja idosa	31

6.10 Gestores de planeamento e urbanização trocam experiência.....	32
6.11 Aumenta número de construções anárquicas	33
6.12 "Travamos uma grande batalha pela vida	33
6.13 Político ignora Habitação e desaloja idosa	35
6.14 «Nós», a Terra e as Demolições	36
6.15 Receber terrenos aos pobres.....	37
7 SERVIÇOS BÁSICOS	37
7.1 Luanda está a mudar de visual	37
7.2 Luanda continua (ainda) o mesmo aterro sanitário a céu aberto	38
7.3 Energia e água «imprópria para consumo».....	39
7.4 Cólera: 40 casos e oito mortos.....	39
7.5 Mercados de Luanda deixam de registar focos de lixo	40
7.6 Empregues USD 30 milhões na reabilitação do sistema de Água	41
7.7 Empresas dizem que é preciso repensar todo o sistema.....	41
8 PAZ E RECONCILIAÇÃO	43
8.1 IRSEM vai reintegrar mais de 30 mil ex-militares.....	43
8.2 Governo investe USD milhões na reintegração de desmobilizados.....	43
8.3 Portugal vai apoiar missões de paz das FAA	44
2 Mercado Informal e Microfinanças	45
2.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	45
2.2 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	45
3 Governação e Descentra-lização	46
3.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	46
4 Eleições e Educação Cívica	47
4.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	47
5 Educação, Juventude e Criança	48
5.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	48
6 Terra, Habitação e Urbanização	49
6.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	49
7 Serviços Básicos	50
7.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	50
8 Paz e Reconciliação	51
8.1 Título do Artigo (não em letros maiúsculos).....	51

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Maior prestação de contas

Angop...20-02-06

Noventa e nove por cento dos gestores públicos nacionais já prestam de forma regular os seus balanços contabilísticos ao Tribunal de Contas (TC), disse, em Luanda, o director de serviços técnicos da instituição, Paulino de Sousa.

Ao falar à margem dos trabalhos do Curso Internacional de Auditoria de Regularidade, iniciado nesta manhã, o responsável da justiça realçou que o restante um por cento ainda não o faz pelo facto de a sua contabilidade não estar devidamente organizada ou por falta de cultura de prestação de contas.

Recordou que a instituição vem realizando, nos últimos anos, acções de formação com os gestores públicos a nível do país, para muni-los com ferramentas, na perspectiva de desempenharem a sua actividade com eficácia. Segundo frisou, o gestor que não apresentar as suas contas anuais será penalizado pela lei, pois depois de todas acções de formação que vem sendo realizadas não se justifica a não prestação de contas. Em cinco anos de existência, apesar de não precisar números, disse terem já realizados muitas auditorias junto das empresas do Estado e instituições públicas.

Disse que o tribunal está a analisar os balanços contabilísticos de 2003 e 2004. Quanto aos gestores que não cumpriram devidamente com as recomendações estipuladas pelo TC, estão a ser orientados a refazer todo o processo para prestar com rigor as suas contas.

O seminário, com a duração de 15 dias, conta com a participação de vários gestores de organismos do Estado e está a ser orientado por especialistas portugueses. O Tribunal de Contas entrou em funcionamento em 2001.

1.2 Inflação seria mais baixa não fosse a procura por material escolar

Capital...25-02-06

A generalidade de preços comportou-se mais positivamente em Janeiro, abrindo ao Governo perspectivas animadoras face a sua pretensão de barrar a inflação na casa dos 10 por cento

A procura por material escolar, em função do início do novo ano lectivo, teve a influência de maior peso na variação que o nível geral de preços conheceu no mês de Janeiro. Mas, ainda assim, o primeiro mês de 2006 é, em comparação com períodos antecedentes, aquele em que a generalidade de preços se comportou mais positivamente, gerando até aqui a inflação mais baixa desde que as autoridades apostaram mais seriamente no combate ao fenómeno que, anos a fio, dificultou um melhor desempenho da economia angolana. O Instituto Nacional de Estatísticas, entidade responsável pela medição do comportamento dos preços de bens e serviços comercializados em Luanda, atribui ao mês de Janeiro uma taxa de inflação de 0,83 por cento, o que abre perspectivas optimistas, face a um propósito que o Governo definiu para este ano: terminar o exercício corrente com uma inflação de 10 por cento.

Na verdade, o nível geral de preços no consumidor de Luanda registou uma variação de 0,83 por cento no mês de Janeiro, quando em igual período do ano passado, a taxa de inflação atingiu a cifra de 1,94 por cento. De acordo com o que reporta um informe do Instituto Nacional de Estatísticas, a classe Lazer, Recreação e Cultura foi a que verificou o maior aumento com 11,40 por cento, influenciado pela subida do preço de itens como livros escolar com 53,97, cadernos (3,99%) e lápis de carvão com 2,05 por cento.

Mas não foram apenas esses produtos que contribuíram para o aumento do nível geral de preços na capital. Destacam-se também os aumentos dos preços verificados nas classes de Vestuário e Calçado com 1,34 por cento, bebidas alcoólicas e tabacos com 1,28 por cento; e alimentação e bebidas não alcoólicas com 0,63 por cento. A classe de alimentação e bebidas não alcoólicas foi, entretanto, a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços, apesar de não apresentar a taxa mais elevada na variação do índice de preço no consumidor (IPC) de Janeiro.

Seja como for, a variação verificada é, na realidade, a mais baixa dos últimos anos. A variação homóloga situa-se em 17,24 por cento, o que significa ter havido uma descida de 1,29 pontos percentuais com relação ao mês anterior, numa tendência iniciada em meados do ano de 2000. Estes indicadores, porém, permitem prever que o ano de 2006 venha a registar a taxa de inflação mais baixa de todos os tempos. No final do ano passado, a taxa de inflação ficou em 18,53 por cento. Na altura, as autoridades olharam para tal indicador como sendo a mais baixa que a economia angolana já registou ao cabo de um exercício.

Todavia, superou a cifra que o Governo definiu como meta de inflação para 2005, que era de 15 por cento, embora a diferença fosse, no entender do ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, ténue.

1.3 Angola continua a ser o país mais pobre da SADC

Folha 8... 18-02-06

A comunidade de Desenvolvimento a África Austral (SADC) ainda no desempenha a sua real função de agente catalisador para o crescimento e desenvolvimento da economia dos países membros, devido aos condicionamentos de subdesenvolvimento que afectam países como Angola, Moçambique e Tanzânia.

A constatação foi feita pelos ministros do Comércio e Indústria da África Austral, reunidos na sua sétima reunião ordinária em Luanda onde defenderam nos dias 11 e 12 de Fevereiro do corrente ano, a necessidade de desenvolvimento da região para permitir o crescimento da economia dos respectivos países. O ministro do Comércio e Indústria do Botswana, Honn Moroka, que presidiu o encontro, defendeu a necessidade de entrosamento colectivo dos membros da SADC para fortalecer as negociações com a União Europeia (UE), tendo em conta o progressivo crescimento económico da comunidade no quadrante mundial.

Os participantes defenderam a possibilidade da criação de zona de comércio livre em 2010, o que passa pela aplicação de tarifa única alfandegária, constituindo desta forma, o ponto de partida desta grande aposta dos ministros. Angola, Moçambique e Tanzânia são os países da região que apresentam desníveis nas suas economias e por isso, será dado o apoio necessário a estes países para se estabelecer a parceria com a União Europeia (UE). Honn Moroka referiu que os países subdesenvolvidos da região, serão dotados de estratégias para o rápido crescimento das suas economias e o nível de vida das populações, destacando-se, no entanto, a previsão de parceria com a DE, sobretudo com prioridade do sector privado com o acesso directo ao fundo do Banco Europeu de Investimento (BEI), sem que haja a necessidade do Estado Ser o credor e servir de garantia para o retorno do crédito. Estas facilidades de acesso ao crédito caso se efectivem, segundo analistas presentes no encontro, têm o propósito de estimular o investimento regional e internacional, fortalecendo as instituições financeiras locais, bem como despertar o investimento estrangeiro nos países em vias de desenvolvimento, sobretudo a região Austral de África, contribuindo desta forma para o desenvolvimento do sector privado através do financiamento de projectos e do apoio a empresas

viáveis em termos comerciais.

De acordo com os participantes ao encontro, em 2008 será definida a estratégia do comércio livre da região dentro do acordo a ser estabelecido com investidores estrangeiros. "A grande aposta do momento para este acordo, é a venda dos produtos fabricados pelos estados membros na União Europeia". disse Honn Moroka. Apesar de todo este quadro revelar o interesse de entrosamento na comunidade ainda não foi definido o quadro legislativo utilizado na Europa e adoptar mecanismos que facilitem a efectivação deste ambicioso projecto. As barreiras técnicas, relacionadas com a apresentação e a conservação de bens são a grande preocupação dos ministros que garantiram a partilha de ideias que possam favorecer as relações comerciais com a União Europeia. Angola com economia emergente só poderá melhorar o quadro, criando condições de apoio e capacitar o empresariado privado, incentivando o relançamento de oportunidades de negócios para todos em todo o território nacional. Deste pressuposto, o ministro da Indústria, Joaquim David, reconheceu o duro caminho que Angola poderá trilhar caso queira integrar-se na comunidade, visto que ainda o empresariado privado nacional continua votado ao abandono.

"Este quadro de subdesenvolvimento, que Angola, Moçambique e Tanzânia apresentam, poderá impossibilitar a partida para o acordo recíproco das negociações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SAD) com a União Europeia(UE)" disse Joaquim David. Porquanto, para os países da África Austral, o importante é obter direitos na Europa sem contrapartidas de igualdade, porque se assim não acontecer não haverá o crescimento económico preconizado. O governante afirmou por outro lado, que este intento constitui a base para o relançamento do parque industrial nacional, frisando ser evidente a possibilidade das negociações com os países membros em que provavelmente far-se-ão acordos proveitosos.

Joaquim David, que falava no encerramento do encontro dos ministros do comércio e Indústria da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) reconheceu a necessidade do aperfeiçoamento industrial e agrícola da região como factor de maior interesse para o reforço da cooperação entre os países da SADC e a União Europeia (UE). "Isto passa pela produção de bens a em grande escala para responder às exigências do mercado internacional, facto este que só poderá ser possível caso haja investimentos dentro dos respectivos países. Angola foi representada no encontro pelos ministros, Joaquim David da Indústria, Buta Lutukuta da agricultura e desenvolvimento Rural e das

Pescas, Salomão Xirimimbi.

As negociações com a União Europeia será encabeçadas pelo Madagáscar como membro de pleno direito da SADC e não como observador como estava previsto.

1.4 Sem trabalho e sem esperança

Cruzeiro do Sul... 11-02-06

Para fazer face aos altos índices de desemprego em Angola - estatísticas do Governo apontam para 40 por cento, enquanto estudos de economistas indicam 60 jovens estão a ingressar em massa nas Forças Armadas, Polícia Nacional e no mercado informal. Devido a esta situação, economistas dizem que é urgente uma política de apoio aos desempregados.

Quando em Junho do ano passado, as páginas do Jornal de Angola foram "invasas" por anúncios de concursos públicos para admissão de 15 mil novos funcionários públicos em todos os Ministérios e, também, pela realização da primeira feira de emprego, esperava-se que houvesse uma redução nos níveis de desemprego no país. Seis meses depois de tais concursos, o *Cruzeiro do Sul* saiu à rua para falar com as pessoas envolvidas nesse processo. Segundo alguns jovens que concorreram a tais concursos, estes não passaram de uma campanha publicitária. Até ao momento, muitos dos participantes seleccionados ainda não foram enquadrados nos referidos ministérios ou empresas a que se candidataram. É o caso de José Garcia, seleccionado entre os mil candidatos que concorreram a 62 vagas no Ministério de Energia e Águas. Depois de ver o seu nome entre os apurados, em Julho do ano passado, José Garcia está decepcionado com o Governo, porque até agora ainda não foi chamado a ingressar nos quadros daquela instituição. Sempre que lá passa para saber de alguma novidade, os responsáveis dos recursos humanos mandam-lhe aguardar, alegando que os seleccionados "deverão ser contactados nos próximos tempos", situação que o deixa bastante desapontado com o Governo.

"Tive de aturar longas filas para fazer a inscrição. Entre os mil e tal candidatos para as poucas vagas em todo o país, fui um dos seleccionados, fruto de muitas noites que passei a estudar. Se estavam a precisar de mais funcionários, por que é que não nos chamam para começarmos já a trabalhar? Quando vi o meu nome na lista dos seleccionados disse para mim mesmo: "acabou a kunanguisse". Mas, passado esse tempo todo, continuo em casa. Já não sei se vou mesmo trabalhar

este ano ou se continuarei desempregado", lamentou o jovem estudante universitário. José Garcia disse que já entregou currículos a mais de sete empresas, mas nunca esteve tão próximo de ser empregado como agora. Para não deixar escapar a oportunidade, o jovem disse que passa por aquela instituição todos os dias, mas a única resposta que obtém é que "nós temos o seu contacto, por isso, assim que o ministro decidir nós vamos contactá-lo", disse.

Como José Garcia, vários outros jovens encontram-se na mesma situação. No âmbito da proposta de lei de base do primeiro emprego, aprovada pelo Conselho de Ministros, onde se realçou a dimensão social do problema do desemprego e o papel predominante dos activos no crescimento da economia, Paulo de Andrade também se candidatou a uma vaga no Governo da Província de Luanda, para trabalhar no hospital provincial, inaugurado no dia 4 de Fevereiro. Depois de ser seleccionado como motorista, o jovem aguarda, impaciente, pelo primeiro dia de trabalho. Até agora, não lhe foi dado qualquer sinal positivo.

"Depois de sermos seleccionados, garantiram-nos que deveríamos começar a trabalhar no dia da inauguração, mas a verdade é que até agora continuamos à espera. Não nos dizem nada", explica o jovem, que também se candidatou a uma vaga no Ministério dos Transportes, mas foi chumbado, porque ali só houve admissão interna, pois já havia muitos trabalhadores que labutavam sem estar formalmente legalizados. Assim como Garcia e Andrade, milhares de outros angolanos estão ansiosos por obter o primeiro emprego. Segundo dados do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), 40 por cento da população angolana está no desemprego, isto é, em cada 10 pessoas, quatro são desempregados. Para se inteirar dos resultados dos concursos públicos e os atrasos na admissão dos candidatos a empregados da função pública, o CS deslocou-se ao MAPESS para entrevistar o director nacional de emprego, mas informaram-nos que este não se encontra no país. Como alternativa, tentámos falar com o ministro do MAPESS e os responsáveis dos demais ministérios onde os nossos interlocutores foram seleccionados, disseram-nos que deveríamos endereçar uma carta aos respectivos titulares da pasta e aguardar por uma resposta durante sete dias. Entretanto, convidado a comentar os níveis de desemprego, o consultor económico e também deputado Fernando Heitor começou por dizer que os dados do MAPESS estão invertidos.

"Penso que os dados pecam por defeito, Angola não tem só 40% de desempregados, o número anda à volta

dos 60 ou 70%. Não pode estar abaixo dos 50%. Basta dar uma volta às capitais das províncias", realçou. Para ele, as políticas económicas realizadas pelo Governo, até agora, não têm provado que são suficientemente exitosas no sentido de reduzir o desemprego. "As políticas neo-liberais que estão a ser implementadas pelo Governo, desde há bastante tempo, são políticas cuja génese não é geradora de emprego. São políticas que atacam mais os problemas à volta do capital financeiro e nunca atacam o problema à volta do capital do trabalho. É uma política que está mais preocupada em baixar a inflação". O nosso interlocutor adiantou ainda que é por causa de políticas como estas que as pessoas aderem cada vez mais ao mercado informal, facto que não ajuda em nada o crescimento da economia nacional.

"A nossa economia não está a gerar emprego, não está a absorver os jovens em actividades produtivas rentáveis. E o Governo, o país, perde muito com o crescimento deste mercado. O sector informal é um sector que foge do controlo do estado, é marginal. Por isso é que a tributação, a taxa de imposto é muito baixa e não gera receitas fiscais que possam ajudar o Governo a tirar o país da situação em que se encontra", acrescentou. Apesar de o mercado informal pouco ou nada ajudar no crescimento da economia nacional, um estudo feito pelo director nacional do comércio, Gomes Cardoso, denominado "Diagnóstico do comércio informal em Angola e medidas a adoptar", considera o "comércio informal um mal necessário".

Na opinião de Fernando Heitor, o Governo deve absorver essa massa produtiva toda no sector formal, de modo a arrecadar mais receitas para a economia. "Vamos combater a inflação, fazer com que a nossa moeda tenha peso, mas também vamos gerar emprego, promover o investimento quer nacional ou estrangeiro, para que esse investimento seja direccionado para áreas de trabalho intensivo, que dão emprego a mais de 100 pessoas, que é a agro-indústria, construção civil, que faz com que formal é um sector controlado pelo Estado, através da tributação", frisou. Para não ficarem no desemprego, muitos são os jovens que estão a optar por ingressar nas Forças Armadas de Angola e na Polícia. (...).

"Ao contrário do que acontecia em anos anteriores, a tropa hoje, é vista como uma fonte de sustento para muitos jovens que não conseguem emprego. Aqui, ele tem o seu salário, todos os meses, sem problemas. Muitos aperceberam-se disso e quando chega a fase de incorporação ou apresentação às Forças Armadas, volume de jovens que acorrem às nossas unidades às vezes é muito superior. Chegamos ao ponto de recusar.

Isso não acontece só com os homens. Existem muitas mulheres, que por causa do desemprego estão a ir para a Polícia", disse-nos um capitão ligado à área de mobilização das FAA. António Moisés, estudante do 4º ano da faculdade de Economia, considera um erro do erro esta satisfação do Governo em ver a força motriz do país ingressar nas Forças Armadas.

"Quando vejo os nossos governantes dizerem que estão satisfeitos porque os nossos jovens estão a ingressar em massa nas FAA ou na Polícia ou que ali é uma fonte de emprego, digo que é uma parvoíce. Porque as FAA não são uma fonte de arrecadação de receitas. Não desenvolvem a economia do país", protestou. Outro estudante da faculdade de Economia opinou que é urgente que se crie uma política de protecção ou auto ajuda aos desempregados, como os subsídios de desemprego. De salientar que, segundo uma fonte do MAPESS, o país tem cerca de 300 mil funcionários públicos. Mas, ainda assim, Heitor diz que boa parte desses funcionários encontram-se no desemprego.

1.5 BM concede USD 102 milhões para Angola
Jornal de Angola... 19-02-06

O Banco Mundial (BM) vai desembolsar 102 milhões de dólares americanos a Angola para a execução da segunda fase do Projecto Multisectorial de Emergência e Reabilitação (PMER), indica uma nota de imprensa da delegação da instituição financeira internacional publicada em Luanda.

Angola vai receber a quantia nos termos dum acordo que vai assinar com o BM no final do primeiro trimestre deste ano para a execução do programa de Julho de 2006 a Junho de 2010. Segundo o representante residente interino do BM em Angola, Olivier Lambert, o acordo surge na sequência de recentes negociações em Luanda entre a instituição financeira e o Governo angolano. Lambert disse que, tal como na primeira fase, o segundo financiamento será destinado a questões sociais básicas da população de baixa renda, tais como o desenvolvimento rural, a prestação de serviços sociais e a reabilitação de estradas nas províncias do Bié (Centro) e de Malanje (Norte).

O montante servirá também para a reconstrução de infra-estruturas destruídas pela guerra civil, particularmente a estrada e a ponte que ligam a localidade de Lucala (Malanje) ao Negage na província nortenha do Uíje, bem como para a reabilitação da rede de distribuição de energia eléctrica à capital de Luanda e às províncias do Kwanza-Norte, do Uíje, de Malanje (Norte), do Moxico (Leste) e do Bié (Centro). O vice-ministro do Planeamento Carlos Alberto, que chefiou a

delegação angolana nas negociações com o BM, disse que este será o primeiro projecto no país financiado pelo Banco Mundial a ultrapassar os 100 milhões de dólares americanos e a primeira vez que as conversações decorreram em Angola.

A primeira fase do Projecto Multisectorial de Emergência e Reabilitação consumiu 51 milhões de dólares americanos cedidos pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), sendo 25 milhões em doação e a outra parte em forma de crédito. Ela começou a ser executada em Fevereiro de 2005 após a sua aprovação pelo Conselho de Directores do BM.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Pequenos empresários mergulhados em dificuldades

Angolense... 11-02-06

A área comercial de algumas ruas de Cabinda confunde-se com ruas de Kinshasa, tal é o número forasteiros oriundos daquela cidade por aquelas paragens. Estas figuras abocanham grande parte do ainda tímido mercado de pequenos negócios. Aos nacionais mais ousados restam apenas injustas parcerias ou negócios falidos

A chamada "Praça do M", é uma zona onde estrada que a corta há muito que foi corroida. É uma área comercial, com lojas de venda de produtos diversos, uma pensão, um videoclube improvisado e uma casa e venda de carne de cabrito à moda senegalesa. Uma ronda pelas lojas mostrou que grande parte pertence a indivíduos oriundos do Congo Democrático. Pápa Buba é um dos muitos congolezes que se instalou na zona. "Angola é um bom país para negócios, aqui se ganha muito dinheiro", explicou.

O motivo da sua satisfação é uma loja de produtos diversos que, segundo o mesmo, chega render, num só dia, 700 dólares. Entretanto, lamenta que não exista uma rede eficiente de venda a grosso na província. "Tudo vem de Luanda, por isso é mais caro", realçou num português arrojado. Há três anos em Angola, Papá Buba disse que "já domina todo o esquema". O negócio é seu, mas os papéis que legalizam a loja estão em nome da pessoa que lhe alugou o espaço onde faz o negócio. Certamente que nas estatísticas oficiais consta como mais um empreendimento de angolanos, algo que na

realidade não é verídico. Não muito longe dali, uma casa de venda de cassetes de vídeo ilustra bem o grau de "invasão" dos congolezes. Apenas vendia-se filmes em lingala (língua tradicional daquele país) e francês. Expostos estava uma película que retratava a história de Mobutu, o malogrado presidente do país e outra cassette com músicas do lendário Pepé Calê. Imagens angolanas?

Nem pensar.

"Mas os angolanos vêm muito para aqui, eles gostam da nossa cultura", explicou o proprietário da loja, que também acredita ter encontrado uma boa oportunidade de negócios. "Aqui, sinto-me em casa", expressou. Outra marca da presença congoleza pôde ser observada nos vários mercados daquela cidade. Encontrar uma boa cerveja nacional não é fácil, mas a Primus, uma garrafa de grande tamanho e que, segundo os seus usuários, tem poderes afrodisíacos abunda. Essa cerveja conquistou os locais e é amplamente consumida.

Já o último grito da moda vem do Congo Brazaville, precisamente de Ponta Negra. Todas as semanas, inúmeras jovens rumam para aquele país em busca de roupas para vender em Angola. "É um bom negócio, mas muito cansativo", disse Rosa, uma das negociantes. A opção tem valido para quem investe. "É melhor porque a viagem e a hospedagem são baratas, ao contrário do Brasil em que os lucros acabam por ser poucos", acrescentou a jovem, que apesar de residir em Cabinda, vende os seus produtos em Luanda, por ser onde acredita existir maior poder de compra.

2.2 Mercados informais

O Independente... 04-02-06

Antes de tudo espero que a equipa deste semanário esteja de saúde e ótima disposição.

Escrevi para falar sobre os mercados informais que estão a desaparecer dia pós dia, a começar pelo mercado do Asa Branca, um mercado que muito ajudava não só as quitadeiras a sustentarem os seus filhos, mas também a população residente no município do Cazenga. Para além desses mercados já foram eliminados outros que, que não vale à pena sublinhar aqui devido à exiguidade de espaço. Continuando sou de opinião que o GPL deve reabrir os mercados que foram destruídos ou então construir imediatamente outras praças, para que a população prejudicada seja beneficiada. Tudo porque com a extinção destes mercados poderá se verifica o aumento do número de prostitutas, delinquentes, desempregados, a pobreza aumenta dia-a-dia, enfim nota-se uma série de factos que fazem da nossa sociedade um mar de tristeza.

Peço as autoridades de direito que velam pelas nossas quitandeiras que não tiveram a oportunidade de estudar no período da guerra assim como os jovens que foram a tropa e não conseguem ter um emprego digno, para que a sociedade angolana seja saudável e cheia de solidariedade.

2.3 Comércio precisa-se

Cruzeiro do sul...11-02-06

Mavinga situa-se a cerca de quatrocentos quilómetros a sudeste de Menongue. A sua população estima-se em cerca de cento e catorze mil habitantes, na sua maioria camponesa.

Naquela localidade, os sectores do Comércio, Hotelaria e Turismo não funcionam desde que a sua população voltou das matas, depois do término do conflito armado. Os seus habitantes enfrentam muitas dificuldades para conseguir os produtos de primeira necessidade. Tudo sai da sede provincial, mas os agentes económicos dizem que têm de fazer muito sacrifício para colocarem as poucas quantidades de produtos em Mavinga.

As poucas cantinas que existem limitam-se apenas à venda de poucas quantidades de açúcar, sal, óleo alimentar e sabão, porque, segundo os comerciantes, os camiões que transportam estes produtos não atingem com facilidade o município, a julgar pela distância, as pontes partidas e as vias impossíveis de se circular com facilidade". Os preços praticados são exorbitantes. Os comerciantes dizem que o custo dos produtos de primeira necessidade é alto, porque ao preço final, também se associa os valores que são gastos em combustíveis e lubrificantes. Um litro de gasolina custa em Mavinga trezentos Kwanzas, contra quarenta nas bombas em Menongue. O administrador municipal, João Francisco Cameia, disse que só os nacionais podem exercer a actividade comercial em Mavinga. "A nossa intenção é ver grandes nomes do mercado empresarial, a investir em Mavinga, mas é verdade que não é qualquer um que consegue concretizar esse sonho da população, a começar pelas vias, pontes, distância e as contrapartidas".

As viaturas ligeiras não conseguem fazer a via MenongueMavinga, só os camiões com tracção a quatro rodas fazem esse percurso, mesmo assim, passam vários dias no caminho. Embora o município seja rico em lugares turísticos, poucas são as pessoas que se interessam por isso.

2.4 Comércio selvagem toma conta da outra Luanda

A capital...04-02-06

Antigas zonas residenciais, nalguns bairros de Luanda, estão a ser invadidas. por armazéns mal construídos onde são vendidos todo o tipo de mercadorias sem que se levem em conta aspectos tão importantes como a higiene, estética e a segurança

A Quem diria que a Oxford Street, uma das ruas mais frequentadas da cosmopolita cidade de Londres, na Inglaterra, fosse encontrar na rua Porto Santo, em Luanda, uma das suas mais ousadas réplicas. Mas, no fundo, a única semelhança entre uma e outra rua está nos armazéns que as preenche de uma ponta a outra. De resto, dir-se-ia que Porto Santo não é senão uma imitação bizarra de Oxford Street, mundialmente famosa por proporcionar aos turistas momentos agradáveis de compras em ambiente calmo, limpo e seguro. Não sendo famosa no resto do Mundo, pelo menos em Luanda a rua Porto Santo é deveras conhecida não pelo seu nome oficial, mas sim pela designação que lhe foi atribuída pelos populares. A rua dos «armazéns dos senegaleses», no bairro Hoji Ya Henda, em Luanda, pode ser descrita como uma zona onde os residentes coabitam com gigantescas superfícies comerciais que vendem os seus produtos de forma desorganizada, sempre acompanhados da concorrência de quitandeiras e, é claro, do lixo e águas pútridas que ornamentam o local.

«É uma grande pouca-vergonha», comentou o cidadão Manuel da Piedade, 23 anos, a respeito do aspecto bizarro de uma antiga zona residencial que, como muitas outras da capital angolana, foi tomada de assalto por uma forma «selvagem» de fazer comércio que não liga para questões como a higiene e organização. É só vender que interessa. «Estou profundamente indignado com esta situação que já dura muito tempo».

Há vários anos que a zona do Hoji Ya Henda tornou-se conhecida como uma área de armazéns. Passou a ser assim desde que cidadãos oriundos do ocidente de África ocuparam superfícies antes detidas por empresas nacionais - que, entretanto faliram - para comercializar a grosso uma lista sem fim de produtos, que integra desde uma simples agulha a um potente gerador de electricidade. Com o crescimento dos negócios, mais estrangeiros foram entrando no país e aliciaram os moradores das redondezas a transformarem as suas próprias casas em armazéns de construção precária que estão, agora, arrendados para servirem de superfícies comerciais. O resultado, é claro, é o que se vê: a parte de cima - a maioria das casas daquela zona tem dois andares serve de habitação para famílias inteiras e, em

baixo, fica o armazém que traz consigo um número sem fim de quitandeiras e cambistas ambulantes. «É uma grande confusão», queixou-se o morador Manuel da Piedade.

«É tão grande a concentração de vendedores, cambistas e o fluxo de compradores que nos dias de semana aqui (referindo-se à rua) os carros nem sequer passam». Não faltam histórias para exemplificar como a rua Porto Santo ou, se quiserem, como a rua dos armazéns dos senegaleses se degradou ao longo de mais ou menos oito anos. «Tenho um tio que viveu na Itália durante nove anos, quando regressou perdeu-se por não ter conseguido reconhecer a nossa rua de tão estragada que está», contou Manuel da Piedade. Dos bons tempos, guarda memória o cidadão França de Oliveira, ele também morador da rua de Porto Santo.

«Vivíamos muito bem aqui na ausência desses armazéns», mostrando-se, em seguida, agastado com a desordem que agora tomou conta do lugar. «Esses donos dos armazéns quando terminam o dia de vendas nem sequer tiram o lixo, deixam tudo na porta».

A PRAGA-AMEAÇA PROPAGAR-SE

Embora seja o caso mais flagrante, o bairro Hoji Ya Henda não é, nem de longe, o único bairro em que se deu uma autêntica invasão de comerciantes bizarros. No São Paulo, por exemplo, na rua Ngola Kiluanji, os passeios foram transformados numa espécie de mercado do Roque Santeiro em miniatura, enquanto as viaturas têm que dividir as estradas com vendedores que comercializam as mesmas mercadorias que adquiriram, momentos antes, nos armazéns que superabundam por aquela circunscrição.

O mercado, que nasce e cresce bem nas barbas das autoridades, chama-se «arreou, arreou», uma gíria popular que, em português correcto, equivale a saldos. Ali, a desordem, o lixo e a delinquência se misturam para formar um conjunto de situações que tiram o sono aos moradores dos prédios.

«Mal conseguimos andar aqui», reclamou, por sua vez, Fernando Caetano agastado com o quadro. Do lado de trás da rua Ngola Kiluanji encontra-se, também, uma espécie de rua da lama e, ao mesmo tempo, uma autêntica chinatown pela origem dos produtos que aí são comercializados. Estrangeiros, de várias nacionalidades, abriram os seus armazéns que não tardaram em levar, também, a balbúrdia para aquela zona. Ali, a venda de produtos diversos é acompanhada por um mar de água paradas, de lixo e de um alto índice de delinquência.

Na verdade, hoje, qualquer esquina de Luanda serve

para vendedoras ambulantes, as ditas zungueiras, comercializarem os seus produtos, enquanto muitas outras zonas suburbanas, em Luanda, vão perdendo o seu cariz residencial para darem lugar a gigantescos armazéns para a venda de bens diversos. Mas para quem pensa que os moradores, vizinhos desses mesmos mercados que nascem como cogumelos, estiveram de braços cruzados a vê-los crescer está deveras enganado. «Já chamamos o Governo provincial, mas não resolveram nada, fomos aos órgãos de comunicação, mas o quadro mantém-se», comentou o cidadão França de Oliveira. Só a Polícia é que não chamaram, uma vez que, segundos os moradores, «são pagos justamente para proteger quer os donos dos armazéns como as quitandeiras».

Cansados dessa situação, os moradores do São Paulo e do Hoji Ya Henda não resta senão a opção de clamar pela intervenção do Governo para pôr cobro a uma situação que, segundo o cidadão Joaquim Adão, «não só perturba os moradores como, também, mancha a imagem de uma cidade que se quer modernizar».

2.5 Vendedoras do Cazenga constituem associação

Jornal de angola... 20-02-06

Trezentas vendedoras dos mercados Asa-Branca, Cajueiros, Kwanzas, Frescangol, Deolinda, Hoji-ya-Henda e Pracinhas, no município do Cazenga, participaram, sexta-feira última, num encontro de esclarecimento sobre a criação de uma futura associação.

O encontro, realizado no Marco Histórico, foi orientado pelo administrador municipal adjunto do Cazenga, João Adão, e contou com a presença de alguns responsáveis dos diversos mercados do município. Segundo o administrador, a reunião teve como objectivo formar uma associação das quitandeiras no município, para ajudar a melhorar a vida de todas as vendedoras, bem como na organização dos mercados existentes no município.

Uma cidadã, vendedora no mercado do Asa-Branca, há mais de 20 anos, disse que a criação de uma associação local seria benéfica, visto que a provincial não vela pelos problemas dos associados. Este é o primeiro encontro do género deste ano. A segunda reunião terá lugar dia seis de Março, com vista a criação da comissão instaladora da futura associação.

2.6 NovoBanco rubrica acordo com Western union

O NovoBanco dispõe desde quarta-feira do serviço de transferência de dinheiro para o exterior, em todas as suas agências, como resultado de um acordo rubricado com a empresa Western Union Financial Services inc.

Segundo um comunicado do NovoBanco, a que a Angop teve acesso, em Luanda, a instituição assinou em Outubro de 2005 um contrato de representação por cinco anos com a Western Union Financial Services rnc, o líder mundial em serviços de transferência de dinheiro. O acordo permite ao NovoBanco oferecer serviços de Western Union Money Transfer services, tornando-se assim parte dos mais de 250 mil da rede Western Union em todo o mundo. O NovoBanco faz parte da rede internacional PioCredit, que consiste em 19 bancos especializados em microfinanças, a nível mundial. Em África, ProCredit opera em Moçambique, Ghana e na República Democrática do Congo. O Gestor de operações da Western Union para África Austral, Ceasar Pirs, disse que a Western Union Money Transfer Services permite às pessoas receberem e transferirem dinheiro em qualquer lugar no mundo, realçando o facto deste Serviço ser um produto complementar existente no pacote de produtos do NovoBanco. O administrador do NovoBanco, Koen Wasmus, considerou ser um prazer ter a Western Union como um parceiro em um negócio que contribui no crescimento da economia e também em actos de ligação entre angolanos e o resto do mundo.

O NovoBanco encontra-se no mercado desde Agosto de 2004 e construiu uma base significativa de clientes, oferecendo serviços bancários inovadores a micro e pequena empresas, bem como para indivíduos privados. O banco é propriedade de a um grupo de accionistas internacionais, como a ProCredit Holding - Companhia Alema de investimentos, especializada em microfinanças, com 43%, Fundação DOEN dos Países Baixos com 14%, IFC parte do Grupo Banco Mundial com 14%, o Banco de Desenvolvimento da belgica-BIO com 14% e Chevron

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Refugiados cabindas recusam designação de angolanos

Ibinda...18-02-06

Kinshasa - A comunidade cabinda na República Democrática do Congo (RDC) opôs-se «categoricamente» a ser identificada com a nacionalidade angolana.

Segundo avançou o jornal «Digital Congo», próximo do Governo de Kinshasa, os refugiados cabindas baseados na RDC recusam ser considerados como expatriados angolanos, contrariando assim as instruções dos responsáveis da Comissão Nacional dos refugiados que afirmam que as autoridades congolêsas só reconhecem e emitem documentos de identificação aos refugiados do enclave com a menção «nacionalidade angolana».

Porém, durante uma sessão de trabalho com Rigobert Moupondo Mafundji, secretário permanente da Comissão Nacional para os Refugiados (CNR), a comunidade cabinda recusou «categoricamente» recensear-se como «angolanos».

Segundo Afonso Alpudo Muanda, presidente do comité da comunidade cabinda, Angola não quer reconhecer o direito de Cabinda à autodeterminação, assim não pode também servir de referência nos bilhetes de identidade dos refugiados cabindas. Entretanto, solicitou ao secretário permanente da CNR que transmita a sua posição ao Governo de Kinshasa. Em reacção à posição dos refugiados cabindas, Rigobert Moupondo Mafundji declarou que o Governo da RDC não trata estes problemas com «independentistas» mas com Estados independentes e sublinhou que o seu país acolhe «refugiados angolanos, assim cabindas, e sendo Cabinda reconhecido internacionalmente como uma província da República de Angola, os bilhetes de identidade que serão emitidos terão a menção nacionalidade angolana, província de Cabinda».

No entanto, Afonso Alpudo Muanda solicitou uma reavaliação desta posição que considera «perigosa» para os refugiados cabindas baseados neste país.

Desde o fim da guerra em Angola, onde se confrontavam o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a situação dos refugiados cabindas degradou-se, resultado da amálgama da identificação de cabinda e angolano, associado à recusa de Luanda de reconhecer a situação de guerra vivida no enclave, provocando o repatriamento forçado de vários refugiados cabindas baseados no Congo (Brazzaville) e na RDC, que hoje não reconhecem o estado de guerra no enclave.

Vários organismos de apoio aos refugiados cabindas tem denunciado que os repatriamentos forçados

revelam um programa de «cumplicidade dos países fronteiriços a Cabinda com Luanda» com o objectivo de «entregar membros cabindas afectos às correntes independentistas e familiares de resistentes» às autoridades angolanas, que por sua vez exercem «pressões sobre estes para que denunciem os resistentes».

Os mesmos organismos acusam também Luanda de proceder à «deslocação forçada dos refugiados «cabindas para regiões do interior angolano, propositadamente afastadas do enclave» com a finalidade de reduzir as «vozes nacionalistas em Cabinda»

3.2 PR movimentada quadros

RNA...18-02-06

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procedeu sexta-feira, em Luanda, por decretos, à exoneração dos Vice-governadores das Províncias de Cabinda, do Uíge e do Namibe.

Segundo os Serviços de Apoio à Presidência da República, foram exonerados, da Província de Cabinda, António Goma, Mendes Domingos e António João "Socolov", ambos do Uíge, e José Gabriel Alberto, do Namibe.

Por outro lado, o Presidente da República nomeou para Vice-governadores provinciais, Ana Maria Mvuayi (Bié), Feliciano Lopes Toco (Cabinda), José Maria Durbalino de Carvalho (Malange), Augusto Justino (Uíge), Miguel Cutoca Lufulo (Uíge), e Maria dos Anjos Mahove (Namibe).

3.3 Governo atribui subsídio a partidos

Folha8- 04-02-06

Governo aprovou o dia 26.01 a atribuição de um subsídio de 9,7 milhões de Kwanzas (cerca de 120 mil dólares) aos partidos políticos sem representação parlamentar, na sequência de uma resolução da Assembleia Nacional de Agosto de 2005.

"Este subsídio destina-se à realização de despesas com instalações e o seu equipamento, com meios de transporte e com aquisição de material gastável", refere o comunicado final da reunião do Conselho de Ministros. O documento acrescenta que o subsídio será atribuído pelo Ministério das Finanças em duas tranches, sendo a primeira em Março e a segunda em Setembro. Em meados de Agosto de 2005, a

Assembleia Nacional aprovou por maioria, com 151 votos a favor, um contra e 17 abstenções, a atribuição de um "financiamento pontual" aos partidos sem assento parlamentar para a implantação das suas estruturas a nível nacional, tendo em vista a realização das próximas eleições em Angola. Nos termos daquela resolução, o governo ficou de realizar um estudo para avaliar o actual estado de funcionamento dos partidos sem representação parlamentar, de forma a definir quais as formações políticas que terão acesso ao financiamento. O comunicado do Conselho de Ministros refere que cada um dos partidos políticos sem representação parlamentar receberá um subsídio de 9,7 milhões de Kwanzas, mas não esclarece quantos partidos serão abrangidos. Esta questão assume especial importância já que existem actualmente cerca de 150 partidos políticos legalizados, mas a esmagadora maioria destas formações não possui qualquer actividade pública conhecida.

Uma fonte do Tribunal Supremo confirmou que está em curso uma avaliação da actividade de cada uma das formações políticas com existência legal, mas escusou-se a adiantar mais pormenores sobre o processo. O problema do financiamento dos partidos sem representação parlamentar assumiu especial relevo depois da aprovação da nova Lei de Financiamento dos Partidos, no âmbito do pacote legislativo eleitoral aprovado pelo parlamento para permitir a realização das próximas eleições.

A nova legislação determinou o fim do financiamento estatal para os partidos sem assento parlamentar, o que originou fortes protestos destas formações políticas, que reclamaram a criação de condições para poderem disputar o próximo acto eleitoral, levando à aprovação deste "financiamento pontual". O Estado, nos termos da anterior legislação, financiava com 140 mil dólares por ano cada um dos partidos devidamente legalizados, situação que muitos analistas políticos consideram explicar o elevado número de partidos existentes no país. Nos debates que antecederam a aprovação da actual Lei de Financiamento dos Partidos, a generalidade dos deputados considerou que a democracia angolana não beneficia com o elevado número de formações políticas que existem no país.

3.4 Governo aprova convenções contra a corrupção

Jornal de Angola... 23-02-06

O Conselho de Ministros aprovou ontem, em sessão ordinária; a convenção das Nações unidas contra a corrupção.

O órgão colegial do Governo aprovou ainda, na mesma sessão, uma convenção da União Africana sobre a prevenção e combate à corrupção. Os tratados, aprovados na segunda sessão ordinária do Conselho de Ministros, enquadram-se, de acordo com o comunicado de imprensa deste órgão colegial do Governo, no âmbito do "reforço institucional de prevenção e combate à criminalidade transnacional organizada, visando debelar as ligações existentes entre a corrupção e outras formas de criminalidade que afectam todas as economias e países". Orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a sessão aprovou igualmente o acordo de cooperação entre a República de Angola e a África do Sul, no domínio dos petróleos. O Ministério das Pescas vai adquirir embarcações de pesca e de fiscalização que irão empregar directamente cerca de 20 mil trabalhadores e, indirectamente, cerca de 100 mil pessoas. A aquisição vai ocorrer no âmbito de um conjunto de contratos de construção naval, aprovados ontem pelo Conselho de Ministros, celebrados entre o Ministério das Pescas e as empresas China National Machinery and Equipment Import. Export. Corporation, Estaleiros Navais de Peniche S.A. e a Navimor Internacional. (...)

A sessão ordinária do Conselho de Ministros aprovou ainda os estatutos orgânicos do Instituto Nacional de Cinema, Audiovisual e Multimédia e do Instituto Nacional do Património Cultural e da Cinemateca Nacional. O Banco Millennium Angola SA, com um capital social de 25 milhões de dólares, viu igualmente aprovado ontem pelo órgão colegial do Governo a sua constituição.

3.5 CPL reliza conselho consultivo

Jornal de Angola... 20-02-06

O Comando provincial da policia Nacional realiza hoje, no seu edificio sede, o primeiro conselho consultivo. Nesta reunião vai passar-se em revista o grau de cumprimento das orientações da ultima reunião realizada no ano passado, como a delinquência juvenil no geral e em particular nas escolas. Crimes como e furto, roubos de telemóveis e a circulação rodoviária será também objectivo da análise.

Segundo uma nota imprensa da referido comando a que o jornal de Angola teve acesso, vão participar do encontro comandantes da divisão da policia, os directores provincias de investigação criminal e da inspecção da investigação das actividades económicas, bem como responsáveis das distintas áreas do comando provincial de Luanda da policia nacional.

3.6 Samakuva defende eleições autárquicas

Angolense... 18-02-06

Durante uma reunião realizada na cidade capital da Lunda Norte, o presidente da UNITA, Isaias Samakuva, defendeu a realização de eleições autárquicas no país para que os cidadãos tenham a oportunidade de escolher os seus representantes a nível local

Durante a sua alocução, Isaias Samakuva afirmou que é preciso saber quais são as preocupações, ansiedades e perspectivas das populações, pois só assim é possível pensar em soluções que satisfaçam os seus anseios. O líder reforçou a ideia de que, depois do calar das armas e alcançada a paz, é preciso consolidá-la e conquistar a calma espiritual para os angolanos.

"As pessoas não tem mais receio de morrer através dos canhões, mas devemos manter esta paz alcançada com muito sacrifício", alertou. Para ele, a falta de emprego, fornecimento de água canalizada e energia eléctrica foram apontadas como o grande factor de instabilidade social e principal razão da ausência de paz entre as famílias angolanas.

"A paz em Angola reduziu-se ao calar das armas", afirmou, acrescentando que é necessária a paz que gera emprego, escolas e hospitais para todos. Segundo o presidente da UNITA, os cidadãos angolanos, sobretudo das zonas recônditas, não têm escolas, hospitais e outros serviços básicos. Mas, ali onde estes serviços existem, são cobrados, mesmo sendo públicos.

"Se um cidadão não tem condições para levar o filho ou a esposa ao hospital, não pode ter paz", disse. Por este facto, chamou a atenção para a necessidade da realização de eleições autárquicas, para que os governados possam escolher os seus dirigentes do topo à base. "Para além de escolhermos os deputados e o Presidente da República, devemos também optar aqueles que vão gerir os bens públicos nas provincias, municípios e comunas. (...)

"Vocês vão definir as prioridades em termos de melhorias no domínio do fornecimento de água, luz, emprego, escolas e hospitais", explicou. Samakuva pediu tolerância, dizendo que quando existem duas maneiras de pensar o país se desenvolve, realçando, por isso, a necessidade de se respeitar a diferença de opinião. "Só com o respeito pelas diferenças é que podemos viver em harmonia", frisou. O líder do Galo Negro reforçou afirmando que o respeito pela diferença de opinião não se pode dissociar da escolha

livre do partido, religião, ou seja, do que se quer fazer.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Mulheres beneficiam de projecto sobre cidadania

Jornal de Angola... 20-02-06

Um projecto sobre cidadania no seio das mulheres, co-promovido pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfamu) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR), está a ser implementado desde 2005, para dotá-las de conhecimentos que as permita o acesso à informação sobre os direitos civis e políticos.

O facto vem expresso num documento da Direcção Nacional dos Direitos da Mulher do Minfamu, a que a Angop teve acesso, frisando que o projecto terá a duração de quatro anos e direccionado a mulheres deslocadas e retornadas ao país após o fim do conflito armado. Nesta primeira fase, o plano em curso está a ser executado nas províncias do Moxico, Zaire e Kuando-Kubango, prevendo-se ser estendido para as demais regiões com o mesmo propósito, assim como dinamizar outras acções previstas nos objectivos do mesmo.

Durante o primeiro ano de vigência do projecto nestas três províncias, 50 activistas beneficiaram já de formação técnica para dar continuidade à implementação das acções constantes do programa.

Por outro lado, ainda no mesmo período e também no âmbito do projecto, a localidade das Bundas, município de Lumbala N'Guimbo (Moxico), beneficiou-se de um Centro Polivalente que ministra cursos de pastelaria, costura, alfabetização e agro-pecuária, prevendo-se a construção de mais estruturas de género nos municípios de Kazombo, Luwau e Luená (capital da província). No Kuando-Kubango está em fase de conclusão as obras do centro polivalente. Em relação a província do Zaire, encontram-se erguidos dois centros, um em Mbanza-Kongo e outro no Kuimba, prevendo-se neste último a construção de mais um.

Segundo o informe, o projecto está a dotar as mulheres de conhecimentos para facilmente acederem a informação sobre os direitos civis e políticos através da realização de campanhas de alfabetização, utilizando associações femininas e redes comunitárias. O

programa conjunto do Minfamu/HCR privilegia também acções que visam apoiar as mulheres deslocadas e retornadas na obtenção dos documentos de identificação para permitir que elas participem, em igualdade, nas próximas eleições, assim como na construção de centros polivalentes para mulheres com o fim de apoiar as suas actividades. Com esta acção, pretende-se igualmente o reforço dos programas de combate à eliminação da violência no género, que de certo modo, constitui uma violação de direitos humanos, resultante de práticas nocivas tradicionais ou costumeiras, preconceitos culturais e extremismo.

A direcção do projecto vai igualmente trabalhar com as instituições afins para a elaboração de programas integrados de educação para os direitos humanos com fim de consciencializar as mulheres sobre os seus direitos.

4.2 Eleições Gerais ocorrerão em 2007

Folha8 – 04-02-06

O Governo ainda não realizou eleições depois do fim da guerra, por não estarem reunidos os elementos de Marketing capazes de capitalizar votos. Talvez este facto se deva à triste experiência vivida por Winston Churchill, que depois de ter ganho a guerra contra a Alemanha em 1945, perdeu as eleições que se realizaram logo a seguir na Inglaterra

O presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, admitiu no dia 27.01 implicitamente, no discurso de abertura da reunião do Comité Central, que as próximas eleições gerais apenas terão lugar em 2007, quando houver melhores condições de circulação no país. (...)

Esta foi a primeira vez que José Eduardo dos Santos, também Presidente da República, admitiu, ainda que de forma implícita, que as eleições em Angola apenas poderão realizar-se em 2007. Até agora, todas as afirmações de responsáveis políticos apontavam para a realização do acto eleitoral este ano, apesar da generalidade dos analistas e comentadores políticos apontarem, há vários meses, a impossibilidade de cumprir esse objectivo. No discurso proferido na abertura da reunião do Comité Central do MPLA, José Eduardo dos Santos salientou que as eleições apenas poderão ser "credíveis e participativas se existir livre e fácil circulação de pessoas e bens em todo o território nacional e se o registo dos eleitores abranger todos os angolanos com capacidade para eleger e ser eleito, sem qualquer exclusão".

Nesse sentido, frisou que o MPLA deve "dar todo o apoio ao governo, no sentido de criar as condições para iniciar e concluir tão depressa quanto possível o processo do registo eleitoral", salientando que o processo de recenseamento dos eleitores deve ser "abrangente e transparente". O atraso no início do recenseamento eleitoral, que inicialmente o governo pretendia realizar entre Maio e Agosto de 2005, é um dos factores que tem originado a crescente descrença quanto à possibilidade das eleições se realizarem ainda em 2006. Nesta altura, o governo e a Comissão Nacional Eleitoral ainda não aprovaram o calendário definitivo, pelo que não é possível prever quando terá início o processo de registo dos eleitores, nem sequer quanto tempo poderá demorar.

Numa breve análise da actual situação do país, o presidente do MPLA salientou que os angolanos "querem soluções urgentes para os problemas acumulados durante os anos de guerra". O desemprego, a falta de habitação, os problemas no abastecimento de água potável e as dificuldades no acesso à saúde, ao ensino e à justiça foram algumas das questões referidas por José Eduardo dos Santos. Na sua intervenção perante os membros do Comité Central, o presidente do MPLA dedicou também uma especial atenção à reorganização interna do partido, considerando que a resposta aos problemas da população implica a existência de uma "d direcção esclarecida e dinâmica".

Por essa razão, salientou que as orientações que foram aprovadas nesta reunião do Comité Central incluirão, entre um conjunto de "tarefas prioritárias e fundamentais", a renovação dos mandatos nos escalões intermédios da direcção do partido. "Desde a proclamação da independência nacional, temos organizado o sistema de direcção de cima para baixo. A guerra não permitiu que organizássemos convenientemente as nossas estruturas de base, isto é, nas povoações, comunas, bairros e municípios rurais e urbanos", afirmou. Para alterar esta situação, José Eduardo dos Santos defendeu a necessidade de "harmonizar e actualizar a cadeia de direcção do partido do topo à base, realizando a renovação dos órgãos dirigentes, ao nível da comuna e do município", acrescentando que "os militantes a escolher ou a eleger devem ter boa formação política e técnica".

"Estabelecida essa cadeia de direcção, deveremos aperfeiçoar o nosso sistema de informação, análise e tratamento de dados sobre a realidade das províncias e dos municípios, de forma a melhorar a nossa capacidade de previsão e de resposta", acrescentou. O Comité Central do MPLA, conta com 281 membros.

4.3 CNE recebeu nova proposta de calendário de registo eleitoral

Jornal de Angola- 09-02-06

Porta-voz Adão de Almeida da Comissão Nacional Eleitoral

A comissão Nacional Eleitoral (CNE) anunciou ontem, em Luanda, ter recebido do Governo a nova versão do programa de recenseamento eleitoral. "Recebemos formalmente a resposta do Governo aos quesitos principais que tínhamos colocado a respeito do programa de registo eleitoral, tendo-nos sido entregue uma nova versão do programa com um novo calendário", afirmou Adão de Almeida, porta-voz da CNE.

Segundo Adão de Almeida, que falava aos jornalistas no final de uma reunião da comissão, a nova proposta apresentada pelo Governo "acolheu uma boa parte" das questões que tinham sido levantadas pela CNE relativamente ao documento inicial. A CNE estima que deverão ser recenseados entre sete e oito milhões de eleitores, considerando que deverão ser necessários seis meses para a realização do registo eleitoral, enquanto o Governo propunha inicialmente um prazo de apenas três meses. A proposta inicial de programa para o recenseamento eleitoral foi entregue pelo Governo a 19 de Setembro, um mês depois da posse da CNE, mas, logo nessa altura, a comissão alertou que seria necessário reformular o calendário previsto pelo executivo devido aos atrasos verificados no processo de preparação das eleições.

A nova proposta governamental, que ontem foi distribuída aos membros da CNE, deverá ser analisada na próxima reunião deste órgão, prevista para meados deste mês de Fevereiro. Nas declarações que ontem prestou aos jornalistas, Adão de Almeida salientou que o Governo também entregou à CNE "informações adicionais" que tinham sido solicitadas pela comissão, relativas à solução tecnológica que está a ser preparada para o recenseamento eleitoral, às acções de desminagem em curso no país e às brigadas de registo que vão assegurar o registo dos eleitores.

A CNE, a quem compete coordenar e fiscalizar todo o processo que culminará com a realização das próximas eleições em Angola, já procedeu à tomada de posse das comissões provinciais eleitorais e dos gabinetes municipais eleitorais.(.) 1 membros da CNE são Caetano de Sousa e Susana Inglês (indicados pelo Presidente da República), Luís Mota Liz (indicado pelo Ministério da Administração do Território) e os juristas Adão de Almeida, Júlia Carvalho e Raul Araújo (indicados pelo

MPLA), Cláudio Henriques da Silva e Oavid Horácio Njunjuvile (ambos da UNIT A) e Kipoy Wetela Chimbелengue (do PRS).

São também membros da CNE o juiz Silva Neto (indicado pelo Tribunal Supremo) e Lucas Manuel Quilundo (indicado pelo Conselho Nacional de Comunicação Social).

As reuniões da CNE contam ainda com a presença, sem direito de voto, de representantes dos restantes partidos políticos.

4.4 Concluído empossamento os Gabinetes Municipais Eleitorais

Jornal de Angola... 18-02-06

A Comissão Provincial Eleitoral (CPE) do Huambo concluiu, quinta-feira, o processo de empossamento dos Gabinetes Municipais Eleitorais, no quadro dos preparativos das próximas eleições no país.

Iniciado a 27 de janeiro, foram confirmados 99 membros, distribuídos pelos 11 municípios da província. Os membros dos Gabinetes Municipais Eleitorais serão responsáveis pela condução de todo processo eleitoral e pela educação cívica da população daquela região planáltica central de Angola. O porta voz da Comissão Provincial Eleitoral, Gabriel Kasuya, revelou à Angop que, para breve, está previsto um encontro para coordenação do trabalho. Adiantou terem sido já identificadas infra-estruturas onde de verão funcionar os órgãos, embora algumas, se encontrem em mau estado de conservação, avançado mesmo a possibilidade de arrendarem-se residências para funcionamento condigno de alguns dos Gabinetes Eleitorais.

Realçou o empenho do Governo do Huambo, através das administrações municipais, que têm prestado todo apoio às Comissões Executivas e aos Gabinetes Eleitorais.

4.5 Jornalista defende isenção em coberturas de Actos eleitorais

Jornal de Angola... 15-02-06

O fundador da SIC e da Rádio TSF, Emídio Rangel, afirmou ontem, em Luanda, que os jornalistas devem agir com isenção em coberturas de actos eleitorais.

Os políticos, por sua vez, não devem encontrar bodes expiatórios nos meios de comunicação social para

justificarem eventuais derrotas eleitorais, assim como os órgãos de informação não devem distorcer a realidade dos factos. Emídio Rangel, que falava numa mesa redonda sobre a "Gestão dos meios de comunicação social em períodos de cobertura eleitoral", defendeu a necessidade de todos os intervenientes num processo eleitoral perceberem o seu real papel. "Os políticos, as formações-políticas têm de saber qual é o papel que a comunicação social desenvolve e não ter um 'party free' em relação à actividade jornalística dos meios de comunicação social à luz de um critério jornalístico", afirmou Emídio Rangel. Durante o evento, organizado pelo Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR), o jornalista luso indicou que os órgãos de comunicação social devem perceber que a actividade política num sistema multipartidário só se desenvolve com a sua intervenção.

Nascido na antiga Sá da Bandeira, actual cidade do Lubango, na província da Huíla, Rangel lembrou que os meios de comunicação social têm um papel importante na divulgação de ideias e na selecção daquilo que são matérias importantes que têm a ver com a sociedade e a vida em sociedade. À pergunta sobre qual o comportamento que os órgãos de comunicação social devem observar em época de eleições, o palestrante afirmou que primeiro devem deixar claro às formações políticas o seu plano de acompanhamento ou cobertura eleitoral. Para Rangel, uma coisa que deve também estar clara é o tempo de antena durante o qual cada formação política divulga os seus valores ideológicos como quer e deseja, bem como as notícias que os órgãos de comunicação social estabelecem.

O jornalista luso defendeu, a propósito, o estabelecimento de "uma fronteira grande entre propaganda e jornalismo" Ele deixou claro que quem faz propaganda são os partidos políticos. "Faz parte da lógica político-partidária que os partidos façam propaganda aos seus ideais políticos", acrescentou. Emídio Rangel referiu que os órgãos de comunicação social devem ter uma intervenção com critérios jornalísticos, que não se deve confundir nunca com propaganda. O também antigo director da RTP acrescentou que esta prática, infelizmente, não é linear em todas as latitudes. "Há sítios, países e órgãos de comunicação social que, muitas vezes, se predisõem a desempenhar a função de câmara de eco do sistema de propaganda que as forças políticas desenvolvem", afirmou.

Para Emídio Rangel, tal prática, condenável, "distorce a discussão num sistema multipartidário". Sublinhou que quando há eleições, num país com várias formações políticas, com ideias distintas, "não se deve fazer dos órgãos de comunicação social instituições de

propaganda". Por último, fez saber que o gratificante num regime multipartidário é a existência de diferentes órgãos de comunicação com diferentes orientações editoriais.

4.6 Diplomata reafirma empenho do governo na criação de condições para as eleições

Jornal de Angola... 16-02-06

As próximas eleições gerais em Angola terão lugar depois de a Comissão Nacional Eleitoral concluir o processo de registo dos eleitores, esclareceu terça-feira o embaixador angolano na Tanzânia, Brito Sozinho, em Victória, capital da República das Seychelles.

Ao ser recebido pelo vice-presidente da República das Seychelles, Joseph Belmont, o diplomata indicou que a legislação angolana atribui competências ao Chefe de Estado para convocar as eleições, depois de concluído o registo eleitoral e ouvido o Conselho da República, seu órgão de consulta. O embaixador não residente de Angola nas Seychelles enfatizou que o seu Governo tem todo o interesse em realizar as eleições gerais "tão rápido quanto possível, mas bem organizadas", com vista a normalizar o processo democrático, depois do alcance da paz definitiva em 4 de Abril de 2002, pondo fim ao longo período de conflito armado. O diplomata angolano disse que o processo que conduzirá às segundas eleições gerais no país está a ser preparado cuidadosamente, para que engaje toda a sociedade e assegure a participação de todos os cidadãos. Em 1992, recordou Brito Sozinho, actos de intimidação, violência e restrições de circulação impediram muitos cidadãos do exercício do voto, facto que o Governo não quer, de maneira alguma, que se repita no próximo pleito.

Por isso, esclareceu, prosseguem as tarefas de reintegração sócio-profissional de ex-militares, ao mesmo tempo que o Governo desenvolve um ambicioso programa de reabilitação e reconstrução das principais vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, para acelerar a melhoria das condições sociais e de vida das populações angolanas. O programa inclui a reabilitação e construção de novas infra-estruturas sociais e produtivas, com destaque para escolas, hospitais, centros e postos de saúde, sistemas de produção e distribuição de água potável e energia eléctrica e habitação. Brito Sozinho encontrasse nas Seychelles há alguns dias, para avaliar o estado das relações entre os dois países, assim como informar as autoridades locais sobre a situação política, económica e social em Angola. Brito Sozinho é embaixador de Angola na Tanzânia, onde tem residência permanente, no Quénia, Burundi, Uganda e Ilhas Seychelles, sendo ainda representante

permanente junto dos Programas das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e para os Assentamentos Humanos (UN - Habitat), sediadas em Nairobi (Quénia).

Segunda-feira, o embaixador Brito Sozinho foi recebido pela secretária geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros das Seychelles, Jeannette D'Offay, com quem abordou a evolução da cooperação entre os dois países, nomeadamente as possibilidades de assinatura de um Acordo Geral de Cooperação.

4.7 registo eleitoral deve arrancar em maio

Capital-25-02-06

Proposta do Governo prevê, porém, a realização de um segundo registo em data não especificada

O programa que o Governo entregou recentemente à Comissão Nacional Eleitoral (CNE) prevê a realização de dois registos eleitorais, conforme consta de um cronograma de acções a que este semanário teve acesso e que foi, na última semana, distribuído aos membros da comissão para análise. Na semana passada, o porta-voz da CNE, Adão de Almeida, referiu que o Governo tinha, então, disponibilizado para a Comissão um novo programa de registo eleitoral cuja cópia está, agora, em posse deste semanário. O programa prevê, assim, a realização do registo em seis meses, tarefa que na óptica do Governo deveria começar já em Maio, estendendo-se até ao mês de Outubro deste ano. A proposta de Governo não foi, ainda, aprovada pela CNE, mas Adão de Almeida considerou, em declarações aos jornalistas, que o documento acolhia «uma boa parte» das questões que tinham sido levantadas pela Comissão relativamente ao documento inicial.

Muito mais detalhada que a versão inicial, a nova proposta do Governo prevê, também, a realização de um segundo registo eleitoral, cuja data, todavia, não foi indicada no cronograma de acções. A realização de um segundo registo eleitoral é o décimo terceiro passo, de um total de 18, previsto pelo cronograma de acções de registo eleitoral proposto pelo Governo à CNE. Assim, as acções conducentes a essa parte importante do processo eleitoral começaram já a ser executadas no passado mês de Janeiro, esperando-se, ainda para o presente Fevereiro, a homologação do programa de registo eleitoral pela CNE. Logo em seguida, como passo número três, o cronograma prevê a aprovação dos editais que vão, finalmente, anunciar o período de registo eleitoral.

Embora o documento não tenha sido ainda aprovado

pela CNE, órgão responsável pela fiscalização das tarefas inerentes ao processo eleitoral, algumas ações que competem exclusivamente ao Governo começaram já a ser executadas. Uma das ações mais importantes respeita à desminagem de campos identificados em locais onde deverão ser instaladas as brigadas de registo eleitoral, algo que, segundo o programa do Governo, começou já em Fevereiro e vai continuar até Outubro, mês previsto para o fim da primeira fase do registo. Mesmo ao nível do que é sua responsabilidade, a CNE, porém, não cruzou os braços. No passado dia 15, a Comissão aprovou a execução do programa geral de formação de agentes eleitorais, um trabalho que, prevendo encontros com partidos políticos e com representantes da sociedade civil, vai estender-se até ao mês de Abril. Em princípio, a nova proposta do Governo deverá ser discutida em profundidade na semana que começa amanhã, a mesma reunião que, tal como avançou Adão de Almeida, vai prosseguir com a análise da questão da falta de instalações para o funcionamento dos órgãos locais. O Governo, porém, prevê que este problema estará ultrapassado apenas em Maio, o mês em que deverá ter início a actividade de registo eleitoral.

Além da proposta de programa de registo eleitoral, que aguarda aprovação da CNE para, seguidamente, ser encaminhada para o Conselho de Ministros que deverá a anunciar o respectivo início, o Governo entregou ainda à CNE relatórios adicionais sobre a solução tecnológica que está a ser preparada para o recenseamento bem como sobre o processo de desminagem em curso. À CNE foi, também, encaminhada uma descrição sobre as brigadas que vão assegurar o registo de eleitores. Neste âmbito, o executivo prevê registar perto de 7.5 milhões de eleitores em Angola, além de um número não estimado de angolanos, habilitados para votar, residentes no exterior do país.

4.8 Sociedade civil na agenda da CNE

Cruzeiro do Sul... 18-02-06

A Comissão Nacional eleitoral (CNE) vai manter o encontro nacional no próximo mês de Março com os partidos políticos, no sentido de os informar sobre o plano geral de formação de agentes eleitorais.

O primeiro encontro acontecerá com as várias organizações da sociedade civil, tendo de seguida, um encontro nacional com partidos políticos com e sem assento parlamentar, onde a CNE pretende buscar subsídios destes, no âmbito preparatório do processo eleitoral. Esta reunião, será a segunda fase de um plano que comporta cinco fases, nomeadamente, uma

primeira reunião com todos os membros das Comissões Provinciais Eleitorais (CPE), formação de agentes eleitorais, formadores eleitorais e membros dos Gabinetes Municipais Eleitorais, que terão a incumbência de supervisionar o processo do registo eleitoral.

Este processo arranca já no próximo mês de Março e terá o seu término em meados do mês de Abril. Na reunião realizada na passada quarta-feira, 15, a CNE fez uma primeira apreciação sobre a forma como este órgão irá fazer a supervisão do registo eleitoral. Adão de Almeida, porta-voz da CNE, anunciou a criação de um grupo de trabalho que irá materializar e intensificar o conteúdo e actuação deste órgão processo de supervisão do registo eleitoral.

A CNE analisou também nesta última reunião, a possibilidade de arrendamento em algumas regiões do país, onde for possível, de casas para o funcionamento das Comissões Provinciais Eleitorais e Gabinetes Municipais Eleitorais, que até ao momento continuam sem infra-estruturas. Enquanto que naqueles municípios que não for possível, serão construídas residências fixas ou provisórias.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 A universalização do ensino superior

RNA...17-02-06

O reitor da Universidade Agostinho Neto, João Teta, considerou quinta-feira, em Havana (Cuba), ser um grande desafio para os países africanos e para as suas universidades a universalização do ensino superior.

O académico angolano falava em nome dos reitores africanos no quinto Congresso de Educação Superior, que decorre desde o dia 13 do corrente mês, na cidade de Havana, sob o lema "A universalização da universidade por um mundo melhor". João Teta defendeu que a universalização do ensino superior é indissociável de uma política que minimize assimetrias sociais e regionais e que reduza os efeitos de mecanismos contrários a criação de condições que possibilitem o acesso à igualdade de oportunidades. No contexto da crise global, afirmou, a universidade vive presentemente um tempo de mutação decisiva para a sua organização interna, para o exercício da sua missão

e para a sua relação com um mundo cada vez mais globalizante.

Referiu que a universidade é por excelência, um lugar de investigação, de formação e a sua reprodução e desenvolvimento pressupõe conciliar a universalidade da ciência e a diversidade da cultura. Em jeito de reflexão, o reitor interrogou-se se estarão as universidades plenamente conscientes do papel que podem e devem desempenhar na luta contra a fome, miséria e o subdesenvolvimento.

Questionou ainda que tipo de universidade necessitam os países africanos e que contributo podem estas instituições dar para a formação do técnico e do cidadão preparado para criar ao seu redor um clima de paz, tolerância nas diferenças étnicas, raciais, linguísticas, culturais e políticas.

"Que cursos devem ser priorizados nas nossas universidades, que perfis de formação mais necessitamos para a resolução de todos esses problemas e não só e qual deve ser a relação docente-discente", indagou.

Angola participa no quinto Congresso de Educação Superior com uma delegação do Ministério da Educação, encabeçada pelo seu titular, Burity da Silva. A Universidade Agostinho Neto também está representada por uma delegação dirigida pelo seu reitor, João Teta, enquanto o Instituto Superior Privado de Angola está representado pelo seu reitor, professores e estudantes.

O evento conta com a participação de delegados de 80 países, entre eles 180 reitores de universidades, que abordarão até ao dia 17, vários temas ligados à pedagogia, educação à distância, extensão universitária e pós-graduação.

5.2 Camuciuo terá brevemente Instituto Médio de Educação

Jornal de Angola... 20-02-06

O município do Camuciuo, situado 300 quilómetros a Norte da capital da província do Namibe, vai contar, a partir deste ano, com um Instituto Médio Normal de Educação (IMNE), que poderá absorver estudantes que optem pela formação pedagógica.

O instituto vai comportar cinco salas de aulas numa primeira fase. A sua instalação na localidade tem como objectivo receber estudantes, que, tendo terminado o ensino de base, não conseguem dar sequência aos estudos. O governo da província predispôs-se a colocar no

próximo mês de Maio no município um gerador eléctrico de 250 a 300 KVA, para poder suprir as necessidades de energia eléctrica no estabelecimento escolar. Entretanto, o município da Bibala já conta com um Instituto Médio Normal de Educação. Tem seis salas de aula. Com a instalação do IMNE na Bibala, resta apenas o do Virei, que poderá contar com o ensino médio nos próximos tempos, de acordo com o governo local.

Estas acções inserem-se nos esforços que o governo da província do Namibe vem fazendo, com especial atenção para o sector da educação. Estes esforços enquadram-se num projecto tendente a incluir todas as crianças, adolescentes e não só no sistema de ensino a nível da província. Enquanto isso, o governador provincial, Boavida Neto, que está a acompanhar paulatinamente o evoluir do processo docente na província, reuniu recentemente com todos os professores dos municípios do Namibe e do Tômbwa. No Namibe, o encontro realizou-se no anfiteatro do polo universitário. Neste município houve um baixo nível de aproveitamento em 2005. Para que tal não venha se repetir durante o presente ano lectivo, Boavida Neto exortou os professores e directores de escolas, bem como encarregados de educação, a contribuírem com o seu saber, pondo acima de tudo o espírito criativo, pragmático e ética profissional. Estas acções, segundo defendeu o governador, devem ser acompanhadas de uma rígida formação pedagógica, que vise num futuro breve dar bons resultados na formação do homem novo, a fim de que possa ser capaz de desenvolver social e economicamente o país.

Na reunião, os docentes puderam também apresentar as suas inquietações, que serão resolvidas a seu devido tempo, segundo aquele alto dirigente da província. Refira-se que um concurso público para admissão de novas vagas de professores, a se realizar provavelmente este ano, terá como prioridade indivíduos com formação pedagógica, "para que se venha a pôr termo ao tal chamado turismo no sector, que muitos dos professores realizam, ao invés de cumprirem cabalmente com os interesses do Estado Angolano", segundo o governador da província.

A província tem neste ano dois mil e 455 professores do I nível ao ensino médio, sendo mil e 567 no município do Namibe e 104 no Camuciuo. O município da Bibala conta com 333, o Tômbwa com um número aproximado. O município do Virei tem 55 docentes.

5.3 Menos latas no lugar de carteiras

Folha8- 04-02-06

Tal como aconteceu em Luanda todas as outras províncias do país realizaram na semana que hoje termina os respectivos actos de abertura do ano lectivo de 2006. O acto central aconteceu na Província do Moxico e foi presidido pelo titular da pasta António Burity da Silva no dia 01.02.

A promessa de um ano melhor dominou, no entanto, todos os actos, assim como o desafio de mais salas de aulas serem abrangidas pelo programa da reforma educativa. Diminuir o número de reprovações, as dificuldades dos professores e o nível de corrupção são alguns dos muitos desafios lançados pelos gestores da educação do País, assim como melhor as condições de ensino e de aprendizagem. Entretanto, muitas das actuais promessas estão longe de ser novidades entre os angolanos que já ouviram por exemplos várias vezes tais responsáveis a prometerem resolver o problema dos professores reconvertido que continuam a receber os salários antigos, a verdade entretanto é que passam três anos e a situação mantém-se. petrechar as salas de aulas com carteiras é outra promessa que muito caracteriza as aberturas dos anos lectivos e este ano manteve-se. O director provincial da educação de Luanda, André Soma garantiu que as condições estão reunidas para melhorar a situação em algumas escolas. Encontrar uma escola sem carteiras na capital do País, Luanda, é tarefa fácil, não precisa procurar nos bairros periféricos como muitos pensam. No entanto no ano lectivo transacto, segundo André Soma Luanda ganhou cerca de dez mil carteiras.

"E neste momento temos 25 mil carteiras garantidas que serão colocados a partir desta semana nas salas das escolas", adiantou para de seguida explicar que para a situação melhorar Luanda necessitaria de perto sessenta mil carteiras. Ainda assim, manifesta, "muitas crianças este ano já não irão sentar-se nas latas". (...)

Para o presente ano lectivo cerca 120 mil alunos ingressam nas classes de entradas em Luanda. A iniciação, uma das mais afectadas pela limitação de salas, este ano contará com 3 mil 828 alunos; enquanto que frequentarão a 1ª classe cerca de 37 mil 194 alunos, a 5ª classe 44 mil 247 alunos e a 7ª Classe 31 mil 689. Durante o ano lectivo de 2005, segundo André Soma a Província de Luanda teve um aproveitamento positivo "No primeiro nível tivemos 79% de aproveitamento, no segundo nível 81% de aproveitamento e no terceiro nível tivemos 80% de aproveitamento. O que significa dizer que em média tivemos 80% de aproveitamento 'no ensino geral em 2005" referiu. ara o

secretário provincial do sindicato dos professores, Sinprof, David Miqueno, é necessário combater-se a corrupção que considera ser motivada pelo governo, porquanto paga mal e fora dos prazos.

5.4 Governo vai priorizar construção de escolas

Jornal de Angola- 03-02-06

Perspectiva vai priorizar construção de escolas

O governador de Luanda, Job Castelo Capapinha, disse que o Governo vai continuar a investir na construção de escolas, para absorver as cerca de 60 mil crianças fora do sistema de ensino na província. Job Capapinha discursava na cerimónia de abertura do ano lectivo, na capital do país, que decorreu em simultâneo com a inauguração de uma escola primária de seis salas de aula, na zona da Sapú, no município de Viana, quarta-feira passada.

O governante considerou a escassez de salas de aula como um dos maiores problemas do sector da Educação e reconhece que a questão não poderá ser resolvida em um ou dois anos, devido à exiguidade de recursos. Apontou a educação como uma das prioridades e disse que o Governo continuará a desenvolver esforços para se praticar um ensino de qualidade e se enquadrar os petizes sem escola. Pediu maior atenção à formação integral dos professores, quer em termos científicos como morais, para que possam formar homens para "servir efectivamente o país". Apelou ao Sindicato dos Professores (SINPROF), na qualidade de parceiro do Estado, a cooperar para que os professores tenham atitudes idóneas e comportamentos socialmente aceitáveis.

Aconselha os encarregados de educação a evitarem a ocupação ilegal de terrenos e construções em zonas sem infra-estruturas de ensino, para não aumentar o número de crianças sem estudar.

5.5 Várias crianças podem perder ano lectivo no Panguila

Jornal de Angola...06-02-06

ALGUNS moradores que residiam no prédio da Tchetchénia e de outras áreas de Luanda realojados na vila do Panguila, apesar de terem ganho casas condignas, deparam-se com problemas relacionados com transporte e ensino. A zona não dispõe de nenhum estabelecimento de ensino médio, o que faz com que muitos jovens fiquem fora do sistema normal de ensino.

Pedro Jorge vivia no prédio da Tchetchénia e estuda no Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL). Actualmente, para se deslocar à escola tem de gastar aproximadamente Kzs. 300.00 (trezentos kwanzas), montante que os seus pais não conseguem suportar diariamente. Assim que o ano lectivo começa também começam as dores de cabeça, porque muitas vezes tenho que passar a noite em casa de uma tia devido a dificuldades de Transportação, e só volto no fim de semana", lamentou ele.

A vila do Panguila, fundada em 2003, fez três anos no passado dia 24 de Janeiro. Conta com uma escola pública do primeiro e segundo níveis com oito salas de aulas e um colégio particular, um centro de saúde sem as mínimas condições de trabalho e atendimento. Por sua vez, Alexandre Diogo congratulou-se com as condições da nova residência em que passou a habitar desde o ano passado, mas por outro lado lamentou as imensas dificuldades por que tem passado na vila, relacionadas, particularmente, com a educação. "O ano passado muitas crianças perderam o ano lectivo porque não conseguiram fazer as provas finais", frisou. Segundo ele, este ano fez-se um levantamento das crianças que ficaram fora do sistema de ensino o ano passado, e com mais outras dos outros sectores que saíram do bairro da Cimangola, "concluimos que temos 501 crianças fora do sistema de ensino. Diante disso que foi preciso recorrer à secção municipal de Educação de Cacucaco onde se resolveu o problema de algumas crianças que "já estão a ser matriculadas no primeiro nível. Alexandre Diogo, coordenador do sector cinco, considera que o realojamento nesta zona do Panguila cresceu mas não se aumentou escolas nem hospitais.

"Muitas vezes se alguém estiver doente à noite temos que recorrer daqui para a cidade de Luanda e é um transtorno muito grande. Mesmo para as pessoas que trabalham, apesar de termos autocarros, ainda existe muitas dificuldades para chegarmos a tempo no serviço, e para regressar fica mais difícil porque os transportes públicos terminam muito cedo", explicou Alexandre Diogo.

5.6 Quanto é dois vezes cinco?

Agora...04-02-06

O Ministério da Educação está há três anos a proceder a reformas no sistema de ensino, um dossiê que está a tirar o sono de muitos professores. Em algumas escolas têm sido referidos casos em que docentes estão a ser colocados na prateleira. Isto é, ficarão em casa e vão apenas receber o salário. Mas no Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento-da Educação (INIDE) diz-se de boca cheia que ninguém vai ficar desem-

pregado

A reforma que está a ser implementada há três anos no sistema educativo nacional está a provocar/descontentamentos no seio da classe docente. Ao que tudo indica, muitos professores vão ficar sem salas de aulas, ou seja, não vão leccionar, passando apenas a assinar o livro de ponto e a receber no final do mês o respectivo salário. Segundo apurou este semanário, nas escolas 213, no município da Maianga, e 228, na Samba, foram já seleccionados alguns professores que ficarão em casa ainda este ano. Já o colégio Redentor, situado no bairro Prenda, inscrito no sistema de comparticipação (privado/Estado), não vai leccionar a sétima e oitava classes, suspendendo alguns docentes.

Os alunos que aí estudaram a sexta e a sétima, no ano passado, e que transitaram de classe, foram obrigados a procurar outras escolas para dar continuidade aos estudos, sem que os pais tenham sido previamente avisados. E, para agravar os problemas, existem estabelecimentos escolares que estão a restringir as turmas para um limite máximo de 35 alunos - medida acertada do ponto de vista pedagógico -, mas que vai certamente colocar fora das escolas milhares de crianças devido à insuficiência de salas de aula face à uma demanda cada vez mais crescente.

Mas os educadores do ensino primário são os que mais se sentem lesados. Muitos deles, temendo pela perda dos seus postos de trabalho, confessaram que não concordam com tal reforma, avançando que a mesma não tem nada a ver com realidade do país e que os alunos também terão várias dificuldades em assimilar os conhecimentos.

"Penso que o Ministério da Educação, ao projectar esta reforma, não o fez em função da nossa realidade. Porque uma reforma que se preze, em qualquer sector, deve trazer benefícios e não piorar ainda mais a situação. Esta vai deixar pessoas desempregadas, esquecendo-se de que o país já está mergulhado num elevado Índice de desemprego", disse-nos um docente da escola 121, na Samba, antes de acrescentar: "sou professor há 15 anos, conheço o sector e não concordo com estas mudanças."

"É bom quando se resolve um problema da nação se ouça todas as franjas da sociedade no sentido de evitar exclusões. Neste caso da reforma, o MED deveria arranjar mecanismos de auscultação das pessoas que vão trabalhar directamente no sistema. Não estou a ver um professor sozinho ser totalmente bom nas nove disciplinas que irá leccionar. Entendo as preocupações do Ministério, mas penso que está a falhar um pouco",

reagiu assim um outro colega a funcionar no mesmo local. A maioria dos docentes suspensos da escola 228 temem que estando em casa corram o risco de não lhes ser pagos os - respectivos salários. Isto porque têm a experiência dos atrasos verificados mesmo em plenas funções. Na conversa que tiveram com o AGORA, alguns deles não contiveram as lágrimas e outros admitiram que o próximo passo será procurar uma nova profissão. "Corremos o risco de não receber os salários. Ou então podem baixá-los, porque uma pessoa que fica em casa sem trabalhar não pode, de forma alguma, ter a mesma remuneração que aquele que trabalha. Penso que assim já estamos mesmo mal", lamentou uma educadora da terceira classe, identificada apenas por Laurinda. "Esta situação está a deixar muitos colegas em pânico", acrescentou.

"A direcção da minha escola seleccionou a lista dos que ficarão em casa. Sabendo como andam as coisas neste país, só me resta procurar um outro emprego", concluiu André, um outro que se considera lesado. Muitos directores das instituições escolares mostraram-se insatisfeitos com os transtornos que a reforma está a provocar. Pensam que o Ministério devia trabalhar mais na divulgação da mesma e frisam que a classe docente só está desanimada pelo facto de não estar por dentro do assunto. "O Ministério deveria procurar formas de explicar melhor esta situação. Pelo caminho escolhido os professores continuarão a pensar que vão ficar desempregado", frisou um deles que nos pediu para não divulgarmos a sua identidade. Constata-se também que muitos encarregados de educação nem sequer sabem que o Governo, através do Ministério da Educação, está a reformular o sistema de ensino e os poucos que já ouviram falar do assunto pouco entendem.

No entanto, alguns pais que têm acompanhado de perto o que se está a passar, e concordando com o projecto, temem, contudo, que os alunos da primeira classe não tenham capacidade para apreender seis disciplinas de uma vez. "O Governo tem o direito de reformular o ensino sempre que achar necessário, desde que seja para melhorar a sua qualidade. Por isso, esta reforma é bem-vinda, embora eu não acredite tanto que os alunos de seis anos da primeira classe venham a ter capacidade para estudar seis disciplinas. Porque só no actual sistema são apenas três disciplinas e verificam-se várias negativas", disse José Lino, encarregado de educação de cinco crianças.

Já Maria Branco, uma outra encarregada de educação, que encontrámos numa livraria, pensa que os alunos da primeira classe poderão assimilar as seis cadeiras caso tenham bons professores. "Tudo é possível. Acredito

que os miúdos possam dar-se bem estudando seis disciplinas. As crianças têm, praticamente, as mentes limpas e isso pode ajudá-las compreender as coisas rapidamente", defendeu a senhora de 38 anos. Explicações. O AGORA procurou junto do INIDE apurar o que de facto se está a passar. De acordo com o chefe do Departamento do Ensino Geral, Joaquim Cabral, o maior projecto do MED é o "Educação para todos até o ano 2015" e a reforma educativa vem apenas com o sentido de cumprir a Lei de Bases do Sistema de Ensino (Lei 13), que diz que o ensino primário deve ter seis classes, começando da primeira até à sexta. Cabral argumentou que o MED está a trabalhar no sentido de se a aproximar aos padrões internacionais que a UNESCO recomenda. "Em quase todo o mundo o ensino primário é de seis classes e Angola é dos poucos países que tem até agora apenas quatro", frisou.

Relativamente à polémica sobre a suspensão de professores, avançou que não há nenhuma orientação no âmbito da reforma educativa para suspenderem-se docentes e que o director de escola que assim estiver a fazer está agir de má-fé. "O Ministério não deu nenhuma autorização para que dentro da reforma se despedissem docentes. Se o ano passado recrutámos cerca de 29 mil novos professores, porque estamos a precisá-los cada vez mais, como é que iríamos ordenar agora que se suspendessem os que já temos. Está-se a construir escolas e todos os professores terão onde trabalhar", argumentou, reconhecendo que alguns directores tenham não compreendido a inovação que se pretende no sistema.

Já no que toca as turmas de 35 alunos, explicou que só as escolas seleccionadas para se experimentar este ano a reforma são as que estão autorizadas a ter turmas com este número de alunos, porque trabalham como escolas laboratórios, não podendo ter um limite, excessivo, de estudantes. De resto podem ter mais em função das suas capacidades. Em 2004, quando começou o processo de reformulação do sistema de ensino, foram seleccionadas para a experiênciapiloto em todo o país 280 escolas primárias, 18 do segundo ciclo e 12 do primeiro ciclo.

Este ano lectivo algumas classes vão ser generalizadas, como é o caso da 1ª, da 7ª classe. Em todas as instituições de ensino (públicas e privadas) vão ser utilizados os mesmos currículos para estas classes e não apenas nas escolas seleccionadas. A 2ª, 8ª e 11ª classes estão em fase de avaliação e em período experimental vão estar as 3ª, 9ª e 12ª classes. Joaquim Cabral disse que a inovação não tem nada a ver com o ensino universitário. E, sublinhou, em algumas situações terá

que dançar a música do ensino geral. "O ensino universitário é autónomo, mas terá que se adaptar à nova realidade do ensino geral. O Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), por exemplo, terá que formar professores de disciplinas novas que estamos a introduzir na reforma", apontou

As inovações da reforma

A grande inovação muda os nomes dos níveis das classes. O actualmente chamado primeiro nível - das 1ª à 4ª classe - passa a ser chamado ensino primário e incorporará ainda a 5ª e 6ª classes, deixando assim de existir o segundo nível.

Da primeira até à quarta os alunos terão seis disciplinas em cada ano. Na quinta e sexta serão nove. Para além das habituais cadeiras, não nos foi adiantado pelo responsável do INIDE quais serão as novas a serem introduzidas. Mas já está decidido que neste nível de ensino os alunos terão apenas um professor para todas as matérias. Também ficou assente que nas 1ª, 3ª e sa classes os alunos não farão nenhum exame e a passagem de classe será administrativa (automática), reprovando apenas os que desistem ou que excedam o limite do número de faltas injustificadas.

Fazendo-se apenas uma prova anual, e aqui já se reprovam, estarão obrigados os discentes da 2ª, 4ª e 6ª, sendo o exame desta última classe nacional (prova única para todo o país). Só depois de passar com êxito neste teste é que o aluno recebe o certificado do ensino primário. Conhecido como terceiro nível, às actuais 7ª e 8ª classes juntar-se-á mais uma, a 9ª. E o nome também muda para primeiro ciclo secundário. Aqui o estudante tem 12 disciplinas e um docente para cada uma delas. Reprova quem no final do ano tiver mais de duas negativas abaixo de oito valores e em circunstância alguma o aluno poderá ter uma "raposa" a português e matemática. Ensino médio é também um termo que desaparece com a reforma educativa. Vai ser chamado de segundo ciclo do sistema de ensino, constituído por quatro classes, nomeadamente a 10ª, 11ª, 12ª e 13ª. O discente neste ciclo reprova se não tiver nota positiva na disciplina nuclear do curso.

Já os cursos profissionais básicos não foram esquecidos nesta reformulação. Passam todos eles a serem tutelados pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

5.7 Dos alunos ao professor

Jornal de angola... 18-02-06

Professor Mesquita, todo trabalho da comunicação social em Angola teve um ponto de partida e, uma

continuidade em que o inquestionável testemunho do teu nome é, e será sempre um exemplo permanente para as actuais e novas gerações de comunicadores.

Esta corrente de amor, de entrega ao trabalho que passou pelo caminho-de-ferro, pelas Rádios Clubes, R.N.A., T.P.A. e pela tua casa de sempre à Rádio Escola, a relação de partilha com o Álvaro Nunes de Carvalho, o intrépido progenitor da rádio em Angola até à última geração de alunos do projecto da Rádio Escola de 2002, do teu tempo enquanto gestor daquele Centro de Formação.

Professor a vida humana é o somatório e sucessão de factos contraditórios, logo tu sempre foste um escravo do trabalho, um combatente permanente da ignorância, um homem que foi vencido pelo destino quando na ânsia de se tornar arquitecto decorador seguiste para Portugal com o propósito de estudares arquitectura, negando o sinal divino de como tu mesmo dizias reiteradas vezes que é no chorar da criança ao nascer que se reconhece o locutor, um sinal que inadvertidamente procuraste ignorar, mas foi inútil, porque foi muito mais forte que tu, mesmo que por vias alternativas tenhas ido trabalhar para os caminhos de ferro nem mesmo este refúgio te impediu de seres o animal de Rádio em que te tornaste. Quando em 1945 foste convidado pelo comandante Albuquerque e Castro, sócio número um e Presidente das Rádios Clubes a anunciar o final da segunda Guerra Mundial, repetidas vezes e teve como efeito bumerangue o contágio pelo bichinho da Rádio, daí a troca do Caminho de Ferro, pela Rádio que já era uma paixão encubada há já algum tempo.

Sempre te assumistes como um homem de arte pelos teus feitos e opções, começando pela apetência pela arquitectura, passando pelo cinema, no filme "A voz do Sangue" na Rádio privaste com Álvaro Nunes de Carvalho por quem sempre tiveste muita estima, falavas com muito entusiasmo da historia da Rádio, do papagaio do Álvaro Nunes de Carvalho, da sua esposa Maria Alice, e da polémica data da primeira emissão da Rádio em Angola, em que tu pelo menos nos últimos cinco anos sempre defendeste que foi a 28 de Fevereiro de 1934, num final de semana. Estas foram as últimas revelações que fizeste no dia 22 de Janeiro deste ano, na última visita que Cláudio Fortuna e Fula Martins te fizeram, num domingo, é seguramente, mas um dado para os fazedores da historia da Rádio compulsarem.

Na Rádio Clube da Angola tiveste marcas indeléveis com os programas Catavento, Nocturno e as projecções 3D. Em 1977, por sugestão de Sebastião Coelho, que foi o

primeiro coordenador da criação da Rádio Escola em 1976 foste convidado, pelo Presidente Agostinho Neto e sob orientação da direcção da R.N.A., a gerir a Rádio Escola que evoluiria para Escola da Rádio, da Televisão e o Museu de Rádio, Televisão e da Agencia de Notícia. Para nova geração de telespectadores e ouvintes testemunho que tem de ti e as crônicas que apresentavas nos programas Boa Noite Angola, e Prelúdio da R.N.A. e T.P.A., respectivamente.

Professor Mesquita os teus ensinamentos e testemunhos ficaram marcados permanentemente nas nossas memórias, as tuas orações de sapiência, as perguntas de rasteira, as aulas de locução já nos dão saudade, mas como os relógios não param, os telefones e faxes não vão se desligar, nem vão se apagar as estrelas, agora que integras esse firmamento cintilante... Já passou aquele momento em que tudo era inútil, vamos ter que voltar ao trabalho, aos estúdios e as redacções porque elas aguardam por nós. Acreditando estar a interpretar os anseios de todos quantos marejam nesta profissão, permita-nos que te desejar, Saraiva Mesquita, pela tua arte, pelo teu profissionalismo...!

Até sempre Mestre.

Homenagem dos alunos do ano lectivo 2002, ao Avô Mesquita Lemos, são eles: Cláudio Fortuna, Fula Martins, Maria de Castro, Onésima Torres, Zebedeu Chamata, Paulo Sofia, Vitoriano Lopes, Pedro Vigário, Olga Tancredo, Samuel Luís, Dulce, Euclides, Nuno, Epinelas, Augusto José, Elavoco, Cláudio Renato, Fátima Neto.

5.8 Reforma educativa encarece material didáctico

Folha 8... 18-02-06

Já lá vão 18 dias desde a abertura oficial do ano lectivo 2006 ao contrário dos anteriores, este parece estar a causar mais dificuldades aos alunos e encarregados de educação no que diz respeito à aquisição do material didáctico, sobretudo nas classes abrangidas pela reforma educativa, em curso no País.

Com a reforma educativa em Angola (processo experimentado em 2005) novos manuais didácticos foram produzidos para 1ª, 7ª e 10ª classes do ensino geral. por representarem a porta de entrada do nível primário, do primeiro e segundo ciclos do secundário e serem as primeiras abrangidas pelo programa. Mas acontece que até à presente data. os manuais didácticos referentes à primeira classe ainda não foram postos à disposição dos novéis alunos, situação que está a levantar sérias inquietações no seio dos encarregados de

educação, assim como do quadro docente. Com a falta de manuais propostos para a reforma educativa, os professores desta classe estão a leccionar baseando-se nos programas didácticos anteriores, facto que contraria o desiderato preconizado pelo Governo, que prevê revolucionar o ensino em Angola até 2015.

Noutras escolas a falta de materiais está a atrasar o rítmico das aulas. "Até ao momento não sabemos nada sobre os manuais orientadores para a primeira classe, por isso preferimos fazer um compasso de espera ensinando as vogais e o grafismos aos novos alunos", disse Pereira Martins um dos professores de Luanda. Para o nosso interlocutor tal embaraço é resultado da irresponsabilidade na implementação do programa. Descontentes com a situação, estão também os encarregados de educação, não apenas por falta de manuais actualizados para a primeira classe, mas por terem sido apanhados em contra pé, quanto a invalidez dos livros utilizados nos anos lectivos anteriores.

"Fiquei bastante surpreendido ao tomar conhecimento que os livros da primeira classe usados nos anos lectivos anteriores estão fora de uso. No primeiro dia pensei que a minha filha estivesse a mentir para não levar peso a escola", conta António Marcolino, para de seguida defender que faltou informação do órgão responsável pelo ensino em Angola. A desinformação levou muitos encarregados a comprar os livros em desuso, enquanto outros mostram-se apreensivos quanto a compras de livros didácticos até de classe não abrangidas pela reforma, preferindo por isso esperar. Entretanto, os manuais da 7ª e 10ª classe também estão a causar descontentamento no seio de quem os deseja adquirir, porém, a causa aqui são os preços praticados. Na ronda que efectuamos por algumas livrarias apuramos que um aluno da 10ª classe para adquirir todos os livros deve gastar aproximadamente 30 mil Kwanzas. Os manuais das disciplinas de Matemática, Informática, Língua Portuguesa e Introdução ao Direito custam cada 6 mil kwanzas, enquanto que os de Química e Inglês custam cada 3500 Kwanzas. Com excepção dos livros de Física e Química que custam 1500 Kwanzas os manuais da 7ª classe custam cada 4 mil kwanzas.

E os livros não reformados

No entanto, as reclamações em volta dos preços dos manuais didácticos não se esgotam nos das classes enquadradas na reforma educativa. Os 5 mil Kwanzas que as livrarias compram pelo livro de geologia, por exemplo está a provocar muitas reclamações.

Nas classes do primeiro ciclo, do ensino primário (da 1ª a 6ª classe) não abrangidas pela reforma os cadernos

de No entanto, as reclamações em volta dos preços dos manuais didáticos não se esgotam nos das classes enquadradas na reforma educativa. Os 5 mil Kwanzas que as livrarias compram pelo livro de geologia, por exemplo está a provocar muitas reclamações. Nas classes do primeiro ciclo, do ensino primário (da 1ª a 6ª classe) não abrangidas pela reforma os cadernos de actividades de língua portuguesa, custam 4500 Kwanzas e são os mais caros comparados com outros do mesmo grau. Os manuais didáticos referentes à 3ª classe representam os mais procurados dentre os não abrangidas pela reforma educativa. Algumas das livrarias estão com falta deste material como é o caso da Lello que, por intermédio de um funcionário, justificou tal situação adiantando que deve-se ao não abastecimento por parte da Edimel

Mas os livros (referimo-nos apenas aos da 7ª e 10ª classes) que vão faltando nas livrarias aparecem no mercado informal com mais facilidade. Os vendedores defendem comprá-los nas livrarias, enquanto os encarregados limitam-se a respeitar as regras impostas por este mercado.

5.9 As «urnas» da abstenção

Capital... 18-02-06

A instalação de «urnas» nos institutos médios resultou já num funcionário da Educação detido pelas autoridades mas, ainda assim, são poucos os alunos que se atrevem a denunciar os professores corruptos.

Aos seis anos de idade, a pequena Domingas está inconsolável por não ter passado de classe. Aluna da primeira classe na escola 715, no município do Cazenga, em Luanda, ela não encontra outros culpados pela sua reprovação que não sejam os seus próprios pais. «Diz-me que se tivéssemos pago a professora ela estaria, agora, na segunda classe», contou a mãe um pouco constrangida com o que ouviu da filha.

«Os meus colegas que deram dinheiro à professora passaram de classe», insistiu a menina para quem, muito mais importante do que aprender a ler ou a escrever, é «ter dinheiro para pagar os professores».

De facto, essa é a ideia que tem sido passada aos alunos quando, no final de cada ano lectivo, são confrontados com critérios de avaliação muito alheios dos convencionais através dos quais as pessoas reprovam ou transitam de classe não conforme o seu desempenho escolar mas sim de acordo com o poder financeiro dos seus encarregados de educação. A corrupção na Educação em Angola assumiu-se, em boa verdade, como um fenómeno incontrolável que põe,

grandemente, em causa a qualidade do sistema de ensino nacional. Conscientes disso, muitos são os cidadãos que matriculam os seus filhos em colégios privados, a exemplo do que fez Carlos Daniel, 27 anos. «Assim é melhor, garanto que o meu filho aprenda e não tenho, volta e meia, de andar a desembolsar dinheiro para o professor».

Para quem não pode suportar as propinas dos colégios privados, como a mãe da pequena Domingas (citada no início do texto), resta o ensino público onde tem de optar entre subornar o professor, para que o educando transite de classe, ou manter a dignidade virando costas à desonestidade. «Eu não aceitei pagar os mil kwanzas que a professora pediu e a minha filha, que até tinha boas notas, acabou reprovada», contou a senhora que, todavia, não aceitou revelar o nome da professora para evitar represálias. A mãe de Domingas não sabe, mas o Ministério da Educação, em Luanda, começou a desencadear uma luta contra o fenómeno corrupção que prevê, essencialmente, a denúncia de professores e demais funcionários do ministério envolvidos em casos de extorsão a encarregados de educação. Para o efeito, o ministro Burity da Silva criou uma comissão que se encarrega da recolha destas informações. Numa primeira fase, foram colocados, em três institutos médios, marcos de correio, vulgarmente conhecidas como urnas, onde alunos e encarregados de educação devem depositar as denúncias anónimas sobre casos de extorsão, corrupção activa e assédio sexual.

Trata-se, no fundo, de uma experiência piloto que entrou em funcionamento há quase um ano e que previu a colocação de marcos de correio, ou urnas, nos institutos médios mais referenciados quando se fala em casos flagrantes de corrupção, nomeadamente, o IMEL, IMIL e o INE António Jacinto. Mas será que a experiência está a resultar? «Temos recebido algumas reclamações, mas, sinceramente, esperávamos por mais», respondeu, quando questionado a propósito, Guilherme Tuluca que coordena a iniciativa, enquanto Director Nacional dos Recursos Humanos no Ministério da Educação. Desde que se levantou a iniciativa, algumas denúncias têm sido depositadas. Poucas, é claro, mas já resultaram num caso que foi encaminhado para as autoridades policiais. As outras denúncias, tal como disse Tuluca, estão a ser apuradas.

Na sequência destas denúncias, um funcionário do departamento de inspecção foi apanhado numa tentativa de extorsão a um aluno a quem pediu 800 dólares para conseguir uma matrícula. «Ele, até, conseguiu 500 dólares, mas voltou a pedir mais 300 dólares e o aluno, então, denunciou». Apesar do índice denúncias ser ainda fraco o coordenador da iniciativa, Guilherme

Tuluca, mostra-se optimista a tal ponto que prevê transportar para outras instituições de ensino a mesma medida aplicada nos institutos médios já descritos. Os alunos, por sua vez, preferem ver para crer. Juliana, uma aluna do IMIL, reconhece que a instalação das urnas, ou marcos de correios, ajudou a diminuir «pelo menos um pouquinho» o índice de corrupção «descarada» que por aí fazia morada.

«Acho que os professores têm medo das denúncias», comentou a jovem. Razões para pensar desta forma ao menos não lhe faltam: «antes, em plena sala de aula, os professores falavam claramente que quem quisesse transitar de classe tinha que pagar», «Era vergonhoso saber que alunos que, ao longo do ano lectivo, andaram a passear, no final do ano transitam e às vezes com notas superiores as que tiveram alunos que assiduamente compareceram às aulas».

Apesar das suas constatações, a estudante Juliana mostrou-se, ainda, um pouco céptica. Ela que diz ter alguns casos para denunciar recusa-se a fazê-lo por temer represálias de professores. «Não temos garantia de que não venhamos a ser prejudicados», disse, recordando-se do caso de um colega que, numa reportagem televisiva, confessou ter pago a um professor para passar. «A direcção da escola tomou conhecimento do assunto e não ficou por ali: demitiu o professor acusado», avançou, «mas o colega, desde então, passou a ser muito mal visto pelos professores aqui da escola».

Para muitos alunos, a inexistência de garantias de confidencialidade tem sido, no fundo, um dos factores impeditivos para que surjam mais denúncias contra professores corruptos. «Eles têm mais possibilidades de nos prejudicar que nós a eles», disse Pedro, um aluno do IMEL. «Não existem garantias de que ninguém vai descobrir que fui eu a fazer a denúncia».

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Político ignora Habitação e desaloja idosa

Angolense... 11-02-06

Numa acção "abençoada" por António de Carvalho Betencurt, então administrador do Lobito, Manuel Mateus Calumbo, o homem que manuseia os dinheiros do MPLA na província de Benguela, conseguiu, pelo menos por ora, ver satisfeitos os seus anseios, sem que

tivesse em conta os meios utilizados. Acontece, porém, que o caso chegou ao Tribunal Supremo, órgão que promete pronunciar-se nos próximos tempos

Flávio Alencar, no Lobito

Trata-se de um diferendo que se arrasta desde 2003, altura em que a cidadã Adelina Nenê Ngueve, de 70 anos de idade, viu-se obrigada a abandonar uma residência cedida pela Habitação, sita no bairro da Restinga, Lobito, hoje sob tutela de Mateus Calumbo. Quando se apercebeu que estava a perder o seu imóvel para o antigo 10 secretário municipal do MPLA, Adelina Nenê, representada por Félix Manuel, seu familiar, decidiu levar o caso ao Tribunal Provincial do Lobito, devido ao que diz ser injustiça. Hoje, os familiares da idosa questionam a posição deste órgão de justiça.

De acordo com fontes conhecedoras do caso, um influente funcionário da Administração do Lobito havia endereçado, primeiro, uma nota ao Tribunal do Lobito na qual reconhecia que a residência é pertença de A. Ngueve, documento este que, a prevalecer, gorava as expectativas do político. Surpreendido, por achar que é um "influente membro do partido", ou não tivesse sido membro do C.C. durante treze anos, este coloca a questão ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado. Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n. o 51 - R/C desde a década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra.

Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contramembro do e.e. durante treze anos, este coloca a questão ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado. Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n. o 51 - R/C desde a década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra.

Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contra todas as expectativas, segundo ainda o relato das fontes que temos vindo citar, "as coisas acabaram por complicar-se" . Depois de ter tomado contacto com a realidade, o agora secretário para área de Finanças do Comité provincial do MPLA propõe uma outra residência a Adelina Ngueve. Para o espanto desta, acabou sendo encaminhada para o Bairro da Damba Maria, arredores da cidade de Benguela, numa moradia feita de pau-a-pique e capim, onde permaneceu seis meses. Desapontada, decide regressar ao bairro da Restinga, "de onde não deveria ter saído nunca", e, para o seu desespero, encontra a residência ocupada por "homens de Mateus Calumbo".

Documentos a que este Semanário teve acesso, todos assinados pelo jurista Miguel Maiato, delegado provincial da Habitação, confirmam que o espaço em litígio foi arrendado a senhora Adelina Nené Ngueve. A decisão do Tribunal do Lobito, lamentam, legítima a acção de Calumbo, graças a um "empurrão" do então administrador do Lobito, António de Carvalho. Para além da casa, de dois quartos, sala, cozinha e WC, Mateus Calumbo controla ainda um vasto terreno, onde o casal pretendia erguer uma casa maior, e uma estrutura, já transformada em escombros, anteriormente um estabelecimento comercial. O Angolense deslocou-se ao São João (Benguela), onde se encontra actualmente a cidadã, em casa de um familiar, mas não pôde manter a conserva que se impõe para mais esclarecimentos. "Há muito que ela padece de uma doença prolongada, tudo começou depois desta situação", disseram familiares .

6.2 Aos 430 anos, Luanda não marecia isto

O Independente... 04-02-06

São 31 de Janeiro, dia internacional da defesa do ambiente, Começa a nossa marcha um pouco por Luanda, para vermos a quantas se anda em matéria de ambiente, O principal distintivo de uma das principais artérias de Luanda, a rua Cónego Manuel das Neves que vai do bairro S.Paulo ao Kinaxixi, é o cheiro nauseante de águas de esgotos e fossas rebentadas por todos os lados e contentares de lixo.

Ao longo de quase toda a extensão da baixa da cidade, mais concretamente na Mutamba, a situação é ainda pior. Águas de esgotos escorrem nas ruas. Um cheiro

insuportável. Na Ilha de Luanda, debaixo do esquentador sol das 14 horas, fomos mais uma vez visitar o bairro Benfica. Um bairro de lata construído há mais de seis anos no centro da Ilha de Luanda, que em tempos idos fora uma das mais lindas zonas turísticas da cidade da "Kianda". A administração local não se faz sentir. Faz vista grossa perante construções e/ou explorações anárquicas em tudo quanto é canto da Ilha muitas vezes contra todos os padrões de urbanização. Ainda bem que está para breve a nomeação de um novo administrador para aquela área. Se o surgimento do bairro Benfica respeitasse os padrões de urbanização talvez fosse proveitoso. Mas não. Centenas de pessoas, talvez milhares, sem normas nenhuma, ergueram ali os seus casebres com chapas podres, ante o olhar impávido das autoridades administrativas.

Um grande contraste é notório entre a maioria da zona, bem urbanizada com recintos de recreio e lazer e o bairro de chapas podres. Curiosamente, os moradores do bairro Benfica, à Ilha de Luanda, não possuem WC's. Homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, usam como retrete um amontoado de rochas ali posto para protecção costeira. As fezes desaguam directamente no mar a escassos metros das praias, já que o próprio bairro está rodeado de praias frequentadas diariamente por centenas de pessoas que têm ainda na Ilha de Luanda como local preferido de turismo, recreio e lazer.

Mártires de Kifangondo, um bairro de referência, um dos primeiros postais da cidade para quem chega do exterior ou interior do país. Infelizmente, a invasão por uma diversidade de culturas fruto da multiplicação de cidadãos estrangeiros naquele bairro, mudou completamente o figurino do bairro. O estratégico bairro pertencente ao município da Maianga marca diferença devida a inúmeras barracas, botequins, pequenos armazéns, lojas e, provavelmente, traficância. O governador Job Castelo Capapinha, à semelhança dos seus antecessores no GPL, parece achar que Luanda é apenas Ingombota, Maianga e um pouco mais além. Mesmo assim não consegue controlar devidamente o exíguo espaço que ele mais conhece.

Estamos no Sambizanga, bairro onde nasceu José Eduardo dos Santos, presidente da República. Postais: Estradas esburacadas e submergi das em águas podres geralmente de esgotos rebentados, torneiras enferrujadas, energia ao estilo -pisca-pisca. deixando constantemente os subúrbios do pobre e antiquado. município às escuras (quais trevas!), lixeiras e armazéns desordenados ao longo da via S.Paulo-Roque Santeiro-S.Paulo.

6.3 Aguas agitadas no panquila

O Independente... 04-02-06

Situada a norte do município do Cacucaco, a comuna do Panguila deixou de ser conhecida apenas pelas suas barracas de comes e bebes que aos fins de semana atraía e ainda atrai centenas de cidadãos que para aí se deslocam em busca de urna boa feijoada de óleo de palma, cacusso grelhado e maruvo da Funda.

Na sequência dos desalojamentos de vários cidadãos que habitavam em zonas de risco, o governo entendeu construir nessa área um bairro de casas de baixa renda para realojar os que saíam da Boavista, Chicala e outros locais, à semelhança do bairro do Zango. O problema é que as casas do Panguila, por terem sido construídas com materiais de fraca qualidade e técnica duvidosa, cerca de dois anos depois de serem habitadas, muitas delas apresentam fissuras nas paredes e tectos. O bairro em si, quase nunca tem água nem electricidade de forma que os habitantes são obrigados a recorrer a alternativas para conseguirem esse dois bens essenciais. Dessa forma, muitos habitantes desse bairro preferem mudar - se para outras áreas com melhores condições de vida, ainda que as casas sejam de qualidade inferior.

Recentemente um grupo de moradores dessa comuna enviou aos órgãos de informação um abaixo - assinado onde declaram peremptoriamente que o governo não deverá contar com eles para as eleições, enquanto a sua comuna não for abastecida de água, electricidade e asfalto, condições prometidas pelo Governo na altura da sua instalação. Mas os problemas do Panguila não se esgotam aí. Situada no enfiamento das praias do Sarico, em linha recta, essa comuna corre o risco de um dia vir a ser varrida do mapa pelas águas do mar. É que a costa marítima por detrás da comuna está completamente devastada pelos exploradores de inertes, neste caso, areia, que sem qualquer respeito pelo ambiente, abrem buracões, derrubam árvores, desmatam, de tal maneira que um dia que haja uma calema um pouco mais forte que o normal, nada impedirá as ondas de varrerem essa área podendo até vir a cortar a estrada Luanda - Caxito. Com a mira nos lucros e no dinheiro fácil, os governantes que cederam as concessões para a extracção de areia não estabeleceram limites.

Os «garimpeiros» por sua vez, querem é encher os camiões sem se preocuparem com os efeitos da sua acção sobre o ecossistema. Ainda é tempo de alguém impor regras nisso.

6.4 A nova cidade cresce mais a sul

A capital... 04-02-06

Se um dia falassem, na certa que os condomínios que crescem em Luanda contariam histórias do arco-da-velha sobre a forma como são processadas a distribuição dos mesmos entre as pessoas.

Se àquelas casas fosse dada um dia a possibilidade de falar teriam uma linguagem de muitos cifrões, de cores partidárias beneficiadas, enfim de verdadeiros malabarismos que visam a exclusão de quem na verdade necessita de uma moradia. Pena é que as casas não falam, por isso permanecerão escamoteadas no segredo dos deuses as verdades sobre uma Luanda que cresce a sul

A cidade de Luanda continua a crescer ao sul, onde nos últimos anos se assiste a uma intensa romaria de populares tendentes a encontrar talvez a paz de espírito que não encontram na cidade grande, repleta de grande agitação provocada por engarrafamento, lixo e casas erguidas de forma aleatória. Com uma vizinhança seleccionada, quem visita aquele local acaba por constatar um crescimento exponencial de moradias padronizadas, de elevada qualidade arquitectónica.

É o caso, por exemplo, do condomínio Jardins de Talatona, um projecto imobiliário pertença da Gestão de Fundos, inicialmente concebido para acomodar os antigos combatentes. Os quatro edifícios que perfazem um total de 72 apartamentos, não beneficiam, propriamente, o segmento populacional que obrigou a sua criação, mas obedece, por seu turno, aos reais padrões urbanísticos. O administrador do condomínio, Fernando Santos, mostrou-se optimista quanto ao sucesso da empreitada, mesmo que, bem vista as coisas, não servir a todos os interessados naqueles apartamentos. A enfrentarem ainda um grande problema habitacional, vários são os apartamentos completamente vazios, a reclamarem pela entrada de mais inquilinos, a tal ponto que se reclama do subaproveitamento, por ausência de rentabilidade, dos seus serviços complementares, como é o caso das áreas comerciais. É que dado o défice de moradores, fica quase difícil desenvolver a vida no local, algo que, no entanto, seria possível caso a cedência das casas não se circunscrevessem aos varios procedimentos burocraticos.

Os edificios que conformam o projecto <jardim de talatona> são caracterizados como uma propriedade do tipo horizontal, o que pressupõe dizer que a gestão de fundo não se trata da única proprietária do imóvel, visto que pessoas há que adquiriram as fracções, compraram apartamento e tornaram-se também proprietários. Ao contrário do que acontece noutros países, onde tais

iniciativas conformam já um expediente normal, viver num condomínio em Angola, mais do que uma necessidade, configura ainda um luxo, uma espécie de modismo, sobretudo para gente afortunada. Todos os condomínios habitacionais «checados» contam com uma administração, cuja tarefa é velar pela segurança e outras preocupações dos vários condóminos. «É isto que diferencia esses edifícios daqueles existentes em Luanda», regozijou-se Fernando Santos.

Aliás, quem há muito acostumou-se com a vida no centro da cidade em Luanda, onde as pessoas atiraram para as calendas gregas as regras básicas da sã convivência em condóminos, é capaz de enfrentar sérias dificuldades quando o assunto é lidar com as várias exigências dos projectos que crescem a sul de Luanda. Os vários edifícios que se acham no centro da cidade de Luanda, muitos dos quais já em completo estado de degradação, contam com uma comissão de moradores muitas vezes inoperante, com desastrosos resultados na manutenção dos mesmo. O mesmo já não acontece com os projectos que crescem, exponencialmente, na parte sul da cidade, em que as pessoas se vêem obrigadas a pagarem, mensalmente, uma taxa de condómino suficiente para custear as despesas inerentes à limpeza e a manutenção de projectos do género.

QUANDO HÁ (TAMBÉM) ESPINHOS

Mas nem tudo tem sido um mar de rosas no que à política de condomínios habitacionais diz respeito. No tão propalado projecto «Nova Vida», a segurança, por exemplo, já foi coisa do passado. As várias pessoas abordadas por este jornal queixaram-se, amiúde, das peripécias dos amigos do alheio. Ainda assim, porém, algumas pessoas, como Una Assis, funcionária do BFA, dizem ter valido a pena optarem por este tipo de projecto. Não foi preciso muitas voltas à cabeça para que ela e o companheiro tomassem tal decisão. «Fomos atrás de um modo de vida diferente daquilo que se tem na cidade, distante de muita agitação, onde as pessoas não respeitam a privacidade dos vizinhos», justificou-se.

Antes de se transferir para o «Nova Vida» Una vivia na Maianga, num apartamento de apenas um quarto, em que pagava nada modestos 400 dóares. «A minha pior reclamação prendia-se com a falta de higiene do prédio e as questões relacionadas com a segurança, além de que sempre que fosse ao trabalho temia que o pior pudesse acontecer aos meus filhos já que eram muitas as crianças que caíam do prédio», explicou. Na nova fase da sua vida, às vezes ficava com a impressão de estar a viver fora de Luanda, tal era a calma na zona. Mas como não há bela sem senão, as coisas mudariam de figurino nos dias que correm, a partir do momento em que ela e a sua família passaram a ser incomodados

por marginais, mesmo com a garantia policial de que a situação estaria sob controlo.

Quem também não tergiversou tão logo surgiu-lhe a oportunidade de se mudar para uma casa mais bem acabada no projecto habitacional «Nova Vida» foi dona Cândida, solteira de 42 anos. Deu vida à sua imaginação, porquanto sempre «sonhei em ter uma casa boa». Além de ser de maior dimensão, possui um desenho arquitectónico de causar inveja. Mas para ela, há ainda aspectos que julga serem negativos e, ppr isso merecer alguma ponderação, para aquelas pessoas que se pretendem transferir para o local. «É preciso ter em linha de conta que por cá não existe hospitais e escolas para atender nos momentos mais críticos», advertiu.

São pormenores muitas vezes ignorados pelos mentores de tais iniciativas mas que têm estado a fazer grandes diferenças para aqueles moradores. «Este tem sido o maior problema aqui, uma vez que somos obrigados a socorrer-nos ainda do centro da cidade de Luanda quando o assunto é a saúde e a educação», lamentou. Mesmo com o crescente número de empreendimentos habitacionais a crescerem por Luanda por metro quadrado, o certo é que são ainda insuficientes para satisfazer a grande procura por habitação, facto que leva os técnicos do sector a defenderem a necessidade de implementação de iniciativas mais económicos, ao alcance de todos os bolsos.

Fernando dos Santos, o administrador do projecto habitacional «Jardins de Talatona» é de opinião que o «Estado deveria criar uma política de renda e, acima de tudo, pensar também na juventude que procura começar a vida».

6.5 O bairro e um sapato velho, são sinónimos absolutos

A Capital... 04-02-06

Um bairro onde muitos dignitários detêm sumptuosas casas, mas que permanecem impávidos ante a sua completa degradação. O que acontece no Prenda é bem a prova de que os santos da casa, no fundo no fundo, não fazem mesmo milagres

Quem olha para a sumptuosa casa do ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, tão-somente a estrela mais cintilante entre os vários dignitários que habitam o bairro Prenda, certamente que lhe permanecerá a ideia de que tudo naquela zona é um mar de rosas. Mas, sem bem visto por dentro, as coisas não acontecem tal qual se pensa. A imponente casa de Higinio Carneiro, algures na Rua dos Militares, agora em fase avançada de reabilitação, é um verdadeiro oásis num lugar onde a

degradação é vista a nu.

É que depois dos edifícios, a deterioração atingiu também as estradas, onde os esgotos acabam por carcomê-las aos poucos, inundando-as por completo, além de que tem provocado profundos buracos que dificultam não só o trânsito automóvel, mas também o de pessoas. Saladino Pegado é um morador do Prenda que se mostrou profundamente chocado com o calvário por que passa um bairro «que já foi um dos mais limpos, mas que agora está transformado numa profunda lixeira». Não encontra palavras para qualificar o bairro. «Está mal, está um nojo», resume desta forma a pobreza em que se transformou o «seu» Prenda.

Conta com 25 anos de idade, mas Saladino ainda mostra alguma saudade da sua infância e adolescência, em que tudo aquilo que hoje se vê nem tão pouco se pensava. «As estradas estavam bem arranjadinhas e os esgotos conheciam manutenção regular», recordou. Mas hoje tudo mudou. E para pior. «Parece que o Prenda não estava preparada para suportar tamanha demanda populacional», facto que acelerou ainda mais o seu já chocante saneamento básico. Gilberto Missua partilha da mesma opinião de Saladino Manuel. «A continuar assim, não há bairro que resista», pelo que se clama por uma intervenção urgente, «enquanto ainda é tempo».

Ele, por exemplo, adicionou mais um item ao rol de problemas com que o bairro Prenda se debate: o lixo. «Parece não existir uma fórmula para combater este mal», pois já foram gizadas várias políticas, mas quase nenhuma venceu. Queixa-se, por outro lado, do trabalho fora dos padrões estabelecidos desenvolvido pela empresa de limpeza Rangol, a quem acusa de «transformar o bairro no seu estaleiro», algo inadmissível sobretudo numa zona residencial.

«O lixo tem sido um verdadeiro problema e um dos grandes responsáveis pelas doenças de foro palúdico que, geralmente, se registam no centro de saúde aqui do bairro», reconheceu. Mas isso, segundo acrescentou, não pode explicar de forma nenhuma a balbúrdia que a empresa encarregue pela recolha de lixo naquela zona (Rangol) tem estado a protagonizar, sobretudo às noites, quando as máquinas chegam a interromper o sono dos moradores que vivem próximos do local de recolha.

«Aquela operadora continua a não encontrar solução para colocar um fim ao problema do lixo, não consegue dar resposta ao problema dos esgotos que estão a transformar o bairro numa semi-lagoa», lamentou. O bairro cresceu, exponencialmente, em termos populacionais, mas regrediu, completamente, naquilo que são

as suas infra-estruturas básicas, como as estradas ao longo do bairro, os esgotos que rebentam pelas costuras, enfim, é proibido falar de saneamento básico naquele bairro. Na verdade, o Prenda e um chiqueiro passaram a ser sinónimos absolutos, a tal ponto que até porcos são vistos num bairro cuja concepção tinha como principal objectivo a construção do que se supunha ser uma cidade universitária. Como se não fossem só estes problemas, há ainda o facto da água ser uma grande dor de cabeça para os moradores, que se viram obrigados a construir tanques subterrâneos (para quem tem dinheiro) para o armazenamento de água.

Embora de forma titubeante, a energia é ainda umas das coisas que tem merecido algumas boas referências, conforme defenderam a maioria dos moradores abordados. O bairro está feito um lugarejo de imundície e dificuldades de toda ordem. Saladino Pegado Manuel de quem já falamos anteriormente, diz que o bairro retrocedeu muitos anos. Como acontece com todos os bairros degradados, no Prenda também tudo caminha para o pior, donde passou a não ser novidade para ninguém a subida vertiginosa do índice de criminalidade, com cada vez mais jovens envolvidos, num bairro cujo patrulhamento policial tem muito que se lhe diga. Tanto Saladino, como Gilberto, chamam de «morcegos» aos jovens que têm estado por detrás dos sucessivos roubos de telemóveis, objectos em ouro e violações. «Morcegos» porque em grande parte actuam no período nocturno e estão sempre atentos a «sugar» os telemóveis e todos os haveres alheios.

«Confesso que se tivéssemos um patrulhamento a altura, a história da delinquência no Prenda seria totalmente diferente», referiu o jovem estudante universitário. Às tantas, os moradores já não sabem a quem reclamar, dado que até mesmo os rostos sonantes do dirigismo nacional marimbam-se com o real estado da zona, o que reforça o velho adágio de que os santos da casa não fazem milagres. Enquanto tal estado de coisas permanecer, o certo é que até mesmo a sumptuosa casa do actual ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro permanecerá imponente, mas rodeada por um «ghetto» que cresce a grande velocidade.

É o mesmo que um porco no interior de um curral, totalmente lambuzado, mas com anel de ouro preso no seu focinho. Não deixa de ser um porco, mesmo com um objecto com algum valor.

6.6 Cidadão constrói casa no interior de uma viatura

Folha8-04-02-06

O autor da façanha chama-se Evangelista Jorge da Silva, 54 anos de idade, natural de Luanda, morador do bairro Boavista, município do Sambizanga. Há quase 20 anos que exerce o trabalho de pesca na famosa praia da Boavista também conhecida por "mohada". Devido à pressão da polícia fiscal que visa (va) combater a pesca ilegal, ao longo da baía, Jorge da Silva, juntamente com outros companheiros de trabalho, viu-se forçado a abandonar a actividade que exercia já que perdia constantemente, para a polícia fiscal, os seus meios, entre os quais, chatas e redes, incluindo o seu casebre que se situava à beira do mar, no triste ano de 2001. Assim, começava a aventura de Um autóctone em busca de uma outra vida que havia perdido por cumprir uma decisão legal do Estado. Sendo a habitação uma das três necessidades vitais do homem, a par da alimentação e o vestuário, o cidadão que Luanda viu nascer no longínquo ano de 1952, optou por fazer primeiro uma nova casa para morar.

E, não havendo espaço para erguer, fê-la, curiosamente, no interior de uma viatura abandonada há muitos anos, tal como conta à nossa reportagem

"Depois de tanta pressão por parte dos fiscais, eu não tinha mais que fazer, porque perdi os meus materiais de trabalho e depois a minha casa, achei por bem aproveitar a carcaça de uma viatura que se encontrava na rua abandonada e pedi aos meus amigos que me ajudaram a transportá-la". Explica, e sem olhar a meios, depois de removida a carcaça de 6 metros de comprimentos e 4 de largura para a zona desejada, o interlocutor aproveita os resíduos de material de construção da vala de drenagem deixadas pelas empresas que estão a reabilitar e ampliar a estrada da Boavista, começando por tapar os buracos do esqueleto. "Depois de conseguir transportar a carcaça, aproveitei tapar alguns buracos que havia na mesma e até fazer algumas divisões da casa em pequenos quartos. Aproveitava a massa de construção que restavam na construção das valas de drenagem que se faziam aqui na Boavista por uma empresa de construção", acrescenta Jorge da Silva, salientando que o trabalho teve os êxitos desejados por contar com a prestimosa ajuda de alguns amigos experientes em construção civil. Aos poucos, o ancião via o seu sonho tornando-se realidade e o final do ano de 2001 serviu de inauguração da casa inicialmente com um quarto, uma sala, uma cozinha e uma casa de banho repartidos todos por cerca de 2 metros de largura e cerca de 3 de comprimentos.

"Primeiramente só tinha uma sala, um quarto e um pequeno túnel, depois aumentei uma parte que serviu de cozinha e casa de banho", disse o ancião que vive no

mesmo há já cinco anos. "Estou aqui há cinco anos, mas a minha construção ainda não acabou", diz o nosso entrevistado, anunciado ter uma outra aventura pela frente, isto é, fazer um primeiro andar, mas sem avançar datas do início das obras. O interlocutor mostra-se confiante quanto à concretização deste desafio (construir o primeiro andar). "Eu vou conseguir pôr o primeiro andar aqui e vocês vão ver", promete o ancião, acrescentando posteriormente que "Quando estive a montar esta casa pouca gente acreditava, outros chamavam-me de maluco, mas hoje ela faz admirar muita gente e muita gente ainda vai ficar entusiasmada quando virem aqui o primeiro andar", afirma. Evangelista Jorge da Silva, diz enfrentar abusos de apedrejamento praticados pela vizinhança que lhe tiram o sossego. "Eu não sei porque é que sou tão perseguido pelos vizinhos principalmente os jovens.

A minha casa como fica abaixo da montanha, eles jogam pedras, atiram garrafas, lixo e outras coisas mais por cima dela", lamenta o interlocutor que mesmo assim considera um mal que, "felizmente não tem sido suficiente para deteriorar a casa", admite, continuando que "eu não sou maluco, esta minha casa é dura, eles podem atirar o que quiserem mas não vão conseguir destruí-la", desafia o ancião. O interlocutor aproveitou o fio de diálogo para dizer ao repórter que não teme a época chuvosa. "Vem a chuva ou o vento nada vai destruir a minha casa, porque quase tudo que esta nela é ferro, eu já estou aqui há cinco anos e nunca a chuva me preocupou", garante. Separado da esposa com a qual teve uma filha, Jorge da Silva, vive sozinho e como forma de subsistência, depende de alguns trabalhos como vendas de areia e pedras para construção, e outras actividades na agitada praia da "mohada". E visível no rosto agastado deste autóctone o seu orgulho para com a casa que possui e como forma de manifestar este desejo diz que pretende permanecer nela até à morte. É "uma casa que construí com muito esforço, orgulho-me muito dela e nunca gostaria de abandoná-la".

Pela forma da casa, o nosso interlocutor tem conseguido observar a olho nu algumas práticas de criminalidade ocorridas naquelas paragens. "Eu aqui vejo tudo, porque a minha casa me permite fazê-lo através das minhas janelas. Aqui há muita bandidagem, mas dificilmente se vê o carro da polícia a patrulhar nesta área e, devido a isso, os meliantes fazem e desfazem", denuncia.

Durante a reportagem, o jornalista é convidado a visitar demoradamente o interior da residência. No interior está uma porta pequena que dá acesso directo à cozinha; e depois está a sala que se apresenta sob forma de um corredor, à direita pode-se divisar o quarto de

banho e à esquerda o quarto do proprietário. Esta parte é a que ocupa a maior parte da carcaça. No quarto está uma cama e uma pequena banca localizada a poucos metros da cabeceira, em que está um candeeiro e alguns livros. Do outro lado do quarto está um túnel, onde o ancião aproveita o clima (luz natural e muito ar) para fazer leituras. Após se ter apreciado o interior da casa, o ancião convida outra vez o repórter a apreciar o tecto da casa. Para permitir uma visão mais exacta do tecto, o interlocutor conduziu-o a uma zona montanhosa por trás da casa. O tecto, cuja primeira camada é chapa ria do veículo, seguido de uma outra composta de cimento reforçado com alguns ferros, permitindo o escorrer das águas da chuva. "Estás a ver bem o tecto, eles podem atirar as coisas que quiserem, pode vir a chuva ou o vento isto não vai ser destruído", explica com tranquilidade.

O que pensavam os vizinhos

Com o propósito de se inteirar sobretudo como tem sido a vivência de Jorge Silva com os vizinhos, o folha8 abordou alguns. A opinião destes (vizinhos) varia: muitos consideram tratar-se de um facto raro que da orgulho, enquanto outros se limitam a lamentações.

"Isto aqui que o vizinho fez é um exemplo de que o Angolano é inteligente como qualquer outro cidadão neste mundo. Eu acredito que isto alegre e admira as pessoas porque é algo raro e é admirável ao mesmo tempo um espectáculo" opina Quintinha da Graça, uma das vizinhas mais próximas do Jorge Silva, que considera ter boas relações com o mesmo. "Eu pelo menos me dou muito bem com ele, a única preocupação que me tem chocado muito é quando os moços atiram latas, pedras na casa do vizinho, isto me entristece muito". Já Gomes Chongo, igualmente vizinho acha que é um caso triste. "Nos estamos male, a pobreza é demais porque eu acredito que uma pessoa com dinheiro aceite viver nesta casa que é mais semelhante a uma capoeira onde vivem galinhas.

O que acontece em Angola é lamentável porque enquanto uma pessoa não tem abrigo, outras compram grandes casas que custam muito caro e até no exterior do País" lamenta o vizinho. A reportagem que o folha8 acabou de abordar trata-se de um facto real, que acaba de ser uma curiosidade de grande relevância, suficientemente para despertar os interesses. Bom seria se o facto tivesse origem numa mera fantasia da imaginação do autor e que nada tivesse a ver com dificuldades financeiras mas na verdade é que o facto deve-se principalmente ao combate a pobreza, injustiças, que movem muitos autoclones as aventuras como forma de viver num "País de exclusão, onde o pobre se não fizer milagre, morre", remata o ancião

Envagelista Jorge da Silva, que diz ser militante do MPLA, actual partido do poder, mas insatisfeito pela Governação.

6.7 Projectos vão requalificar Luanda até 2007

Jornal de Angola-0 9-02-06

CINCO projectos integrados de requalificação dos bairros Nelito Soares, Precol, Cazenga e Maianga, em Luanda, foram ontem apresentados pelo Gabinete de Reconstrução Nacional.

Denominado "Projecto de obras de saneamento, águas e estradas de Luanda", o empreendimento vai recuperar os sistemas de drenagem do Senado da Câmara, Cazenga, São Pedro, vale do Suroca, rio Seco e melhorar infra-estruturas sociais dos referidos bairros. A obra compreende ainda a substituição das redes de abastecimento de água, chafarizes com respectivas válvulas e contadores, girafas para o abastecimento de água a camiões e postos de cobrança pelo consumo da energia eléctrica e a reabilitação de 15 ruas.

As ruas a serem reabilitadas são, de acordo com o projecto, Machado Saldanha, Golfe, N'gola Mbandi, FTU, Hopsital Sanatório, Hoji-yaHenda, Lueji Ankonda, Major Kanyangulo e Deolinda Rodrigues, perfazendo um total de 78 quilómetros. Até Agosto do próximo ano, a China International Fund Ltd, empresa à qual foi adjudicada a empreitada de execução do projecto, deverá apresentar a obra concluída. A construção destas ruas vai compreender a ampliação e o aumento das camadas do pavimento. Noutros casos, manter-se-á a forma existente, adaptando apenas aspectos necessários.

O projecto de recuperação do sistema de drenagem na rua Senado da Câmara tem como tarefas específicas a construção, em betão armado, de uma vala principal de quatro a oito metros de largura e mais de três metros de comprimento, a instalação de um canolector de esgotos plástico sob o solo, em cada lado da e vala de drenagem. O colector deverá ter 300 a 600 milímetros de diâmetro e mais de seis metros de comprimento. Em cada lado da vala, será construída uma rua asfaltada de mais de seis metros de de comprimento e sete metros de largura, com um passeio de metro e meio. A reconstrução do sistema de drenagem do Cazenga vai partir da "5ª Avenida" até à Senado da Câmara.

O projecto compreende também a construção de uma vala em betão armado, de dois a seis metros de largura, no Cazenga-Cariango, e a construção de ruas asfaltadas nos dois lados da vala de drenagem. No rio Seco, a

China International Fund vai modificar o sistema de drenagem. As tarefas específicas desta empreitada compreendem a construção de uma vala principal de drenagem em betão armado, com dois mil e 858 metros de comprimento, a instalação de um cano-colector de esgotos plástico sob o solo em cada lado da vala de drenagem. O colector deverá ter três mil e 150 metros de comprimento e a construção de uma rua asfaltada e iluminada com respectivos passeios.

Serão igualmente modificados os sistemas de drenagem do Suraca e de São Pedra, de acordo as características de outras valas. Em todas as valas de drenagem, o trabalho compreende a recuperação dos postos de iluminação públicos nos dois lados da vala, condutas de água, esgotos, postos de abastecimento de água, cano para linhas de electricidade e de telecomunicações. O projecto de substituição de abastecimento de água compreende 300 quilómetros de rede, a colocação de 300 chafarizes e dois mil e 800 válvulas e 30 mil contadores, colocação de treze girafas para o abastecimento de água potável aos camiões girafas e cinco postos de cobrança de electricidade.

As obras, que vão envolver 700 angolanos e 600 chineses, tiveram ontem, o arranque formal, na estrada que liga Camama à Viana, em cerimónia testemunhada pelo director do Gabinete de Reconstrução Nacional, o general Manuel Hélder Vieira Dias "Kopelipa" e pelo governador de Luanda, Job Capapinha

6.8 Esposa de Capapinha disputa terras

Angolense- 04-02-06

Uma disputa de um pedaço de terra na comuna do Camama 1, no Kilamba Kixi, opõe a cónjuge do governador de Luanda, Job Castelo Capapinha, identificada apenas por «Dona» Tina, a membros de uma família cujos ancestrais já detinham direitos sobre ela há mais de 70, sim, 70 anos, segundo relataram os seus descendentes ao *Semanário Angolense*. Alguns membros dessa família, que vê os seus direitos a serem invadidos, salientaram a este jornal que a referida senhora terá interesses imobiliários na zona, em suposto conluio com a construtora portuguesa Somague.

O problema, de acordo com os nossos interlocutores, começou muito antes de Job Capapinha ter sido indigitado pelo Presidente da República para dirigir os destinos da capital do país, particularmente numa fase em que era somente o administrador municipal da zona onde se encontra a parcela da discórdia. Em finais de 1998, a família Fernando foi surpreendida por Miguel

Duzentos, administrador comunal, avisando que deveriam parar de cultivar na localidade, porque o Governo necessitava do terreno e ninguém poderia impedi-lo. Longe dos reais interesses que o lugar suscitava, os moradores aperceberam-se apenas dos outros «proprietários», que também reclamam a titularidade dos solos, em 2004, quando já tinham mais algumas residências, perfazendo o total de nove. Estas acabaram sendo demolidas por uma charrua deslocada para o sítio. Mas, só após várias insistências é que os «desados» se aperceberam com quem estavam a lidar.

«Os fiscais demoliram as residências e disseram-nos que estavam a mando da D. Tina, esposa de Job Capapinha, ao passo que o administrador comunal, Miguel Duzentos, manteve-se calado», narrou Josefa Fernandes, bisneta dos primeiros ocupantes, alertando a sociedade que «os nossos avós pagaram rendas aos irmãos Gomes entre 1936 e 1958. Depois da independência registámos o lugar e temos documentos reconhecidos nos 1º, 2º e 3º bairros fiscais, no Governo Provincial de Luanda e no Ministério da Agricultura. Se é dela ou deles, quem é que lhes cedeu o terreno?».

Apesar das diligências que fizeram junto do então administrador do Kilamba Kixi Baltazar de Oliveira, os supostos donos não conseguiram resultados favoráveis, independentemente deste ter observado a veracidade dos papéis apresentados por membros das mais recentes gerações dos Fernando, que já lá vivem há mais de 30 anos. Antes, já ali viviam os seus bisavós, avós e pais, mas agora os netos, bisnetos e trinetsos correm o risco de ser verem desapossados dos seus domínios. Ao contrário do que tinha avançado inicialmente, certo dia, segundo Josefa Fernando, Baltazar de Oliveira, acompanhado por Miguel Duzento, deslocou-se ao local e partiu a «loíça toda», dizendo-lhes que: «você estão a violar o espaço do senhor governador, Job Castelo Capapinha».

Antes de ter sido afastado do posto, Baltazar de Oliveira voltou a receber os documentos da «família Fernando», sem, no entanto, conseguir resolver o diferendo. Era visível a sua inclinação a favor do «chefe». E os donos aguardam há mais de um ano por - um «frente-a-frente» com a mulher de Job Capapinha, com quem chegaram a conversar telefonicamente, mas esta última não compareceu na área como havia prometido. Contactada pelo *Semanário Angolense*, a «costela» do governador de Luanda disse, peremptoriamente: «o terreno é do Kilamba Kixi, tá bem? Por isso, o senhor deve perguntar isso ao administrador deste município, tá bem? Não digo mais nada, estou reunida».

Embora tenha avançado que o terreno é pertença do município do Kilamba Kiaxi, o certo é que no dia 26 de Janeiro do ano em curso, quando os moradores pensavam que o assunto estava ultrapassado, apareceu no local um topógrafo da construtora portuguesa Somague para fazer o croquis de localização. Este disse ter vindo a mando da D. Tina e do senhor Odinho, descrito como sócio da senhora nesta empreitada.

«Não aceitamos, explicamos o problema e ele disse-nos que iria informar ao sócio», informou Josefa Fernando, acrescentando que no ano passado a senhora Capapinha já enviara ao local um outro grupo de construtores para efectuarem obras. Mas, como a corda rebenta sempre do lado mais fraco, esta segunda-feira, 30 de Janeiro, o administrador comunal, Miguel Duzentos, e dois senhores da administração, nomeadamente Fortunato e Armindo, supostamente a mando do novo administrador do Kilamba Kiaxi, Ranque Frank, acusaram a família Fernando de ter espancado o topógrafo, no que foi contraposto por esta tratar-se de apenas «mais, um truque» para expropriarem-na das suas terras.

Como já houve membros da família detidos pela polícia por causa desse mesmo assunto, eles tem que sejam afastados compulsiva e abusivamente do local onde os Fernando já estão estabelecidos há mais de seis décadas.

O interesse Já vem de longe

O truque do tractor

Três anos depois do desaparecimento físico do soba da área, António Miguel, a família Fernando parece ter encontrado a razão que faz com que sejam perseguidos impiedosamente para abandonarem o lugar. Segundo reza a estória, está autoridade tradicional pretendeu ceder o mesmo terreno ao actual governador de Luanda em troca de um tractor. Entretanto, o Semanário Angolense desconhece se a proposta da referida máquina terá partido do governante ou do velho, falecido a 10 de Fevereiro de 2003.

«A troca do tractor pelo nosso terreno não foi efectuada, porque o soba morreu. Então, os filhos do velho, vendo que a outra parte não cumpriu a promessa, decidiram colocar a boca no trombone», explicou Josefa Fernando. Esta garantiu que ouviu isso da boca dos rebentos do soba, nomeadamente Adão António Miguel e Miguel António Neto. Além dos filhos, acredita-se que Emília Mateus, esposa do falecido soba, também sabe do negócio não consumado, que consistia na entrega de um tractor ao seu falecido marido, que em troca apunhalaria os seus «súbditos», cedendo a parcela destes ao «manda-chuva». «Quem tiver dúvidas pode procurar os membros desta

família, porque eles estão dispostos a falar o que sabem.

Eles só nos contaram isso depois de constatarem as nossas preocupações, uma vez que o próprio pai deles, que era um dos interessados no negócio, já não faz parte do mundo dos vivos», rematou Josefa Fernando.

6.9 Politico ignora Habitação e desaloja idosa

Angolense- 11-02-06

Numa acção "abençoada" por António de Carvalho Betencurt, então administrador do Lobito, Manuel Mateus Calumbo, o homem que manuseia os dinheiros do MPLA na província de Benguela, conseguiu, pelo menos por ora, ver satisfeitos os seus anseios, sem que tivesse em conta os meios utilizados. Acontece, porém, que o caso chegou ao Tribunal Supremo, órgão que promete pronunciar-se nos próximos tempos
Flávio Alencar, no Lobito

Trata-se de um diferendo que se arrasta desde 2003, altura em que a cidadã Adelina Nenê Ngueve, de 70 anos de idade, viu-se obrigada a abandonar uma residência cedida pela Habitação, sita no bairro da Restinga, Lobito, hoje sob tutela de Mateus Calumbo. Quando se apercebeu que estava a perder o seu imóvel para o antigo lo secretário municipal do MPLA, Adelina Nenê, representada por Félix Manuel, seu familiar, decidiu levar o caso ao Tribunal Provincial do Lobito, devido ao que diz ser injustiça. Hoje, os familiares da idosa questionam a posição deste órgão de justiça.

De acordo com fontes conhecedoras do caso, um influente funcionário da Administração do Lobito havia endereçado, primeiro, uma nota ao Tribunal do Lobito na qual reconhecia que a residência é pertença de A. Ngueve, documento este que, a prevalecer, gorava as expectativas do político. Surpreendido, por achar que é um "influente membro do partido", ou não tivesse sido membro do C.C. durante treze anos, este coloca a questão ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado. Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n.º 51 R/C desde a década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra.

Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez

que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contra todas as expectativas, segundo ainda o relato das fontes que temos vindo citar, "as coisas acabaram por complicar-se.

Depois de ter tomado contacto com a realidade, o agora secretário para área de Finanças do Comité provincial do MPLA propõe uma outra residência a Adelina Ngueve. Para o espanto desta, acabou sendo encaminhada para o Bairro da Damba Maria, arredores da cidade de Benguela, numa moradia feita de pau-a-pique e capim, onde permaneceu seis meses. Desapontada, decide regressar ao bairro da Restinga, "de onde não deveria ter saído nunca", e, para o seu desespero, encontra a residência ocupada por "homens de Mateus Calumbo".

Documentos a que este Semanário teve acesso, todos assinados pelo jurista Miguel Maiato, delegado provincial da Habitação, confirmam que o espaço em litígio foi arrendado a senhora Adelina Nené Ngueve. A decisão do Tribunal do Lobito, lamentam, legítima a acção de Calumbo, graças a um "empurrão" do então administrador do Lobito, António de Carvalho. Para além da casa, de dois quartos, sala, cozinha e WC, Mateus Calumbo controla ainda um vasto terreno, onde o casal pretendia erguer uma casa maior, e uma estrutura, já transformada em escombros, anteriormente um estabelecimento comercial. O Angolense deslocou-se ao São João (Benguela), onde se encontra actualmente a cidadã, em casa de um familiar, mas não pôde manter a conserva que se impõe para mais esclarecimentos. "Há muito que ela padece de uma doença prolongada, tudo começou depois desta situação", disseram familiares.

Mateus Calumbo minimiza

O Angolense não conseguiu manter um contacto com Mateus Calumbo relativamente ao assunto. Um jornalista de Benguela, que teve o privilégio que ouvir o secretário para área de Finanças do MPLA, descreveu para este Jornal o essencial dos argumentos apresentados pelo político. "No meio de tudo isto, alguém pretende manchar o meu nome". Foi assim que Mateus Calumbo começou por abordar o assunto quando contactado pelo escriba. No seu contra-ataque, insurgiu-se contra António Félix, que representa Adelina Nené neste controverso processo judicial, acusando-o de oportunista. Numa mensagem dirigida aos familiares da idosa, Mateus Calumbo diz que se deve aguardar pelo pronunciamento do Tribunal do Lobito, quando se sabe que o caso já se encontra no

Tribunal Supremo. "Tenho a consciência tranquila, na medida em que solicitei o espaço a Administração do Lobito cumprindo com todas as normas que se exigem, referiu. O secretário para área de Finanças do MPLA diz que teve de ceder um terreno ao senhor Circuito, o primeiro dos três cidadãos que requereram o imóvel. "Foi tudo dentro de um acordo com o Circuito, por isso não vejo razões para tanta polémica", defendeu-se, para mais adiante salientar que "respeitará o veredicto final do Tribunal.

"Num gesto de solidariedade, desembolsei dois mil dólares americanos para a I construção de uma outra casa para a vêlha Nené, acção levada a cabo por Delfina Clara, sua familiar", notou. Visivelmente preocupado, disse não perceber as razões que impedem Adelina Nené Ngueve de usufruir da mesma, quando passa muito tempo desde que a casa foi construída. Em relação ao documento saído da Administração para o Tribunal explicou que o funcionário em causa não tinha I competências para decidir nada, daí a intervenção do administrador.

6.10 Gestores de planeamento e urbanização trocam experiência

Jornal de angola...18-02-06

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto (UAN) em parceria com o Governo Provincial de Luanda e do projecto Lure convidou um grupo de gestores de planeamento urbano das cidades de Windhoek, Joanesburg e Botswana e representantes das comunidades para troca de experiência na gestão e planeamento do solo.

O encontro serviu para Angola e os outros três países, saberem como dialogar com as comunidades e participarem nos projectos da urbanização da cidade, a partir das conversações com os administradores comunais, e a formação dos gestores. Para o facilitador do encontro Stefano Marmorado, o importante é que a comunidade participe quando se faz o uso e gestão do solo e as autoridades apoiem as iniciativas das mesmas com orientação e disposição existentes.

"O importante mesmo é que alguns membros das comunidades dialoguem com outros membros de outras áreas e vejam no terreno, as estratégias aplicadas, que poupanças usam, como as autoridades negociam em colaboração, para que consigam realizar as suas necessidades básicas, que é habitação, postos de saúde, água e energia. A exemplo, a CARE Internacional, como ONG facilitadora citou a implementação e adaptação de algumas propostas feitas no município do Kilamba Kixi e verificou que de alguma forma a

comunidade está envolver-se, no desenvolvimento do município, fazendo poupanças com um claro objectivo de electrificar o bairro, e de construir chafarizes.

Sendo o segundo encontro realizado, depois do primeiro na Namíbia em 2005, o grupo de gestores e planeamento do solo constatou que, o governo local tem mostrado nos últimos dias um trabalho comum com as comunidades, a exemplo de outros países africanos apesar de cada país ter as suas dificuldades e os seus problemas.

6.11 Aumenta número de construções anárquicas

Angolense-11-02-06

Um pouco por todos os cantos da cidade de Luanda, desde o centro à periferia, regista-se, num ritmo vertiginoso, a proliferação de construções de moradias e salões nos terraços, além de oficinas, lanchonetes, garagens e pequenos restaurantes nos resdo-chão dos edifícios.

Na opinião dos nossos entrevistados, a imagem de desordem e ausência de autoridade espelha a incapacidade das autoridades de fazer cumprir a lei e manter a ordem. "As vezes, essa desordem só acontece por causa da cumplicidade das autoridades" asseverou Pedro Futila, 26 anos, morador do prédio conhecido por "prédio da segurança de estado" no Bairro do Avó-Kumbe.

"Alguns moradores de costas largas é que ocupam os espaços do rés-da-chão para depois venderem-nos aos estrangeiros" disse, acrescentando que "geralmente os compradores são indivíduos oriundos do Congo Democrático. Eles instalam nos rés-de-chão, oficinas-auto e até serralharia!". Para Georgina, estudante de 19 anos que vive no mesmo edifício, a poluição sonora provocada pelas oficinas é o principal incómodo. "Primeiro é que esta atitude de vender o espaço do rés-do-chão é uma privatização ilegal. O pior é que estas oficinas fazem muito barulho durante todo o dia", afirmou sem esconder o descontentamento estampado no rosto. "A situação começa a agravar-se de tal maneira que, nós os jovens, já pensamos em criar uma associação para lutarmos contra isto", acrescentou. Questionado sobre a existência ou não de comissões de moradores, a nossa fonte disse: "o problema é que às vezes os membros da comissão é que fazem essas coisas. São eles mesmos que privatizam os rés-de -chão para construírem garagens para as suas viaturas".

A nossa equipa de reportagem andou por várias ruas onde constatou a existência de moradias particulares

sobre os terraços dos edifícios, a título de exemplo citamos a Avenida Brasil, a Rua Amílcar Cabral e a Joaquim Kapango.

No segundo prédio situado após o túnel na rua Joaquim Kapango existem, segundo uma fonte que vive no mesmo, 18 moradias no terraço. "O prédio tem 18 casas de banho no terraço, além dos que estão nos apartamentos. Como não estão a ser usados, alguns moradores fizeram daquilo suas moradias tipo anexos", revelou a fonte que, por razões óbvias, preferiu o anonimato. Entretanto, no município de Kilamba Kixi, concretamente nos prédios do Avó-Kumbe, o ambiente é de total desordem. Constrõem-se nos rés-do-chão oficinas, restaurantes, garagens, etc. Inclusive, alguns proprietários ostentam, a despeito de qualquer reivindicação, alvarás do Ministério do Comércio e Documentos (licenças) do Governo Provincial de Luanda (G.P.L.).

"Às vezes a inspecção passa por aqui para fazer notificações, se você não tem documento basta dar um gasosa e tudo fica entre família", confidenciou-nos o jovem Carlos, proprietário de uma oficina de carregamento de baterias. "A legalização é feita na junta de habitação depois na administração municipal", acrescentou.

A nossa fonte revelou que para se conseguir um alvará sem a burocracia que se conhece, sobretudo para estrangeiros, é preciso desembolsar valores em dinheiro que chegam a ascender os 1000 dólares. De acordo com as declarações prestadas pelo senhor Adriano, como se apresentou, funcionário da junta de habitação situada no Neves Bendinha, as informações segundo as quais a junta é cúmplice nesse processo de legalização de construções nos rés de chão são falsas. "Nós aqui não legalizamos nada sem que o cidadão tenha um contrato de arrendamento", justificou-se.

Até a hora do fecho desta edição, a nossa equipa de reportagem tentou contactar, para os devidos esclarecimentos, por duas vezes a administração municipal do Kilamba Kixi, quatro vezes a direcção provincial da habitação, uma vez o Instituto nacional da habitação (ex-junta nacional), duas vezes a brigada de fiscalização, e uma vez a direcção do comércio interno (Ministério do Comércio). Não obstante, as nossas Insistentes tentativas não encontraram correspondência destes organismos.

6.12 "Travamos uma grande batalha pela vida

Angolense... 11-02-06

Há três anos no cargo, Mateus Neto, director do Hospital dos Cajueiros, no Cazenga, lamenta a falta de condições na unidade hospitalar que dirige, uma lacuna que tem empurrado o corpo médico a desrespeitar algumas normas de tratamento com o único objectivo de salvar vidas. As dificuldades são tais, que, recentemente, um único médico realizou seis operações num dia. Mas, o alerta é claro: Como está não pode continuar

ANGOLENSE (ANG) - Qual é O balanço que faz do trabalho feito pelo pessoal médico desse hospital?

Mateus Neto (M.N.) - É um trabalho árduo, que visa corrigir certas práticas nocivas à saúde. Tentamos granjear mais apoios, enfim, fizemos tudo o que foi possível.

ANG - Acabamos de fazer uma visita ao hospital, onde constatamos uma batalha constante do pessoal médico para salvar vidas, apesar da falta de condições de trabalho. Como é possível, nessas circunstâncias, levar a bom porto o trabalho?

M.N. - Realmente, travamos uma grande batalha pela vida. A vida é um bem precioso, o mínimo erro pode ser fatal. O trabalho que temos feito é de luta, de mostrar o que deve ser feito numa unidade hospitalar como a nossa implantada num município tão populoso, com redes de saneamento básico quase nulas, onde os trabalhadores trazem já muitos problemas de casa. Por outro lado, esse hospital passou a ser uma unidade de tratamento geral, com muitas especialidades, isso vai levar-nos a ter mais trabalho. Os números expressam bem o esforço feito aqui. Essa unidade necessita de grandes apoios.

ANG-De que números falou?

M.N.- Há dois anos atrás tínhamos um atendimento diário de 150 pacientes, mas no último trimestre esse número quase triplicou. Já a taxa de ocupação, em alguns serviços, como a pediatria, tem superado as vagas disponíveis. Esta unidade tem 123 camas, que são insuficientes. Nas cirurgias obstétricas, por exemplo, somos obrigados a dar alta a paciente antes do tempo aconselhado. O mesmo ocorre com as parturientes. Fizemos muitas cirurgias para a verba que temos, o bloco operatório gasta muito. Só na área de obstetrícia realizamos uma média de quatro cesarianas. Já as cirurgias gerais são seis, mas veja que em alguns casos não tem sido possível atender pacientes que precisem desses serviços porque a cirurgia obstétrica ocupa o bloco operatório por muito tempo. As mortes também são elevadas, já que registamos quatro óbitos de crianças por dia. Daí que já alertamos os nossos superiores hierárquicos para a necessidade de aumentar a verba que recebemos.

ANG- Quanto é que o hospital recebe?

M.N.- Recebemos três milhões de kwanzas por mês, quando, de acordo com o plano que fizemos deveria ser o triplo desse valor.

Essa quota é para pagar água, energia eléctrica, comida e comprar medicamentos. Num hospital com 690 trabalhadores, sendo que metade faz plantão, pois a maior parte do serviço que prestamos é de urgência, como vamos alimentar todos esses trabalhadores, como resolver o problema dos medicamentos, apesar de termos implantado um sistema oficial de contribuições dos pacientes, através de um valor mínimo, grande parte dos doentes é carente e não pode dar nada. Sem a verba necessária o hospital não poderá desempenhar a sua função com qualidade. Nesse momento temos o problema da morgue, em que queimou o motor. Com o valor que recebemos como resolver esses dilemas?

ANG - Qual tem sido a solução para esse problema?

M.N.- Temos que nos dirigir a outros hospitais que tenham esse serviço em funcionamento. Sabe que esse hospital atende toda a parte norte de Luanda, alguns deixam de vir devido a problemas de acessibilidade. O que está previsto é que todos os doentes da zona norte de Luanda venham para esse hospital e daqui poderão ser transferidos para as unidades hospitalares de terceiro nível, como o Hospital Josina Machel.

ANG - As dificuldades estendem-se também ao pessoal médico?

M.N.-Sim, assim como nos serviços de apoio, principalmente na área da limpeza. Precisamos também de maqueiros. A falta de médicos é gritante. Estamos a formar alguns na pediatria, vamos tentar colocar mais dois este ano, mas, na maternidade é que temos grandes problemas. E aí onde ocorrem mais cirurgias, temos 28 médicos, um por banco, mas não devia ser assim. Isso faz com que um médico

tenha que entrar para o bloco operatório só, quando deveriam ser dois. A média é de seis cirurgias por dia, ontem um médico apenas fez seis operações cirúrgicas em menos de 24 horas. É muito cansativo, depois, é preciso questionar se as últimas cirurgias foram bem feitas. Daí que apelamos aos nossos colegas que já fizeram o internato a virem reforçar a nossa equipa do Banco de Urgência.

ANG - Diante de todo esse esforço tem sentido o respaldo da população?

M.N. - Esse hospital já esteve muito mal, muito mal mesmo, mas algumas mudanças têm sido feitas, temos insistido muito na melhoria do comportamento do pessoal de trabalho. Há acções que podem ser feitas sem dinheiro, essa é a minha luta. Penso que os nossos

funcionários devem dedicar a máxima atenção aos pacientes, o técnico não pode obstaculizar a entrada do paciente para tirar alguns trocos. As cobranças ilegais têm de ser combatidas.

ANG - Sente-se satisfeito com o trabalho de combate ao HIV no hospital?

M.N. - A impressão que tenho, porque converso com o povo, é que ainda existem pessoas incrédulas, que pensam que o HIV não existe. Entretanto, a aderência ao teste e aos cuidados de corte da transmissão vertical da doença têm sido satisfatórios.

ANG - Ao entrar para o hospital uma das pacientes segredou-me que não se deve fazer o teste nesta unidade hospitalar porque o resultado é sempre positivo, algo que ilustra a visão que as pessoas têm do problema. Já agora, qual é o índice de contágio que detectam mensalmente?

M.N. - Não é isso (risos). As pessoas devem saber qual o seu estado de saúde, daí que se pede o teste de HIV, mas os resultados não são muito altos, o que se passa é que a população tem medo. Não se deve apenas fazer o exame de gota espessa, mas também o de HIV. Tivemos cerca de 4.000 pessoas atendidas no ano passado, das quais 1.368 tiveram um resultado positivo ao teste. Ainda assim, no quadro do trabalho de corte da transmissão vertical conseguimos salvar quatro crianças devido ao tratamento das mães.

ANG - Ainda no quadro do comportamento da população, verificamos muitos casos de pessoas que só se dirigem ao hospital em estado terminal. Até que ponto isso prejudica o vosso trabalho?

M.N. - Temos dito sempre que existem centros de saúde e postos médicos em toda a extensão de Luanda. É importante que os doentes recorram aos serviços de saúde o mais cedo possível e quando o pessoal de serviço verificar que não pode atender o caso deve encaminhá-lo para uma unidade de nível superior. Na zona norte da província, o hospital é o dos Cajueiros. Aqui temos especialistas que podem ver o caso e se não conseguirmos resolver podemos encaminhar para outro hospital. Quando não se cumpre isso, as unidades de terceiro nível acabam abarrotadas. Não é correcto ficar com o doente em casa por muitos dias ou levar para um posto médico ilegal onde gostam muito de injectar soro e dar injeções aos doentes. Penso que, em muitos casos, os familiares só trazem os doentes para aqui porque sabem que será mais fácil obter o atestado de óbito.

ANG - A débil situação sanitária do município influencia no surgimento de patologias como as doenças diarreicas agudas e a malária?

M.N.- O que mais aflige no Cazenga são as vias de

comunicação, as águas paradas e o lixo. O hospital não pode trabalhar só, é preciso ajudas, como a vossa, que possam contribuir para a educação da população. Aqueles que habitam o município devem ter consciência do seu papel, deve ter reparado ao longo da sua visita que alguns utentes atiram lixo para o chão, cospem, enfim, têm atitudes reprováveis. Não se deve esperar apenas do ministério da Saúde.

ANG- Sendo assim, se tivesse que caracterizar a situação de saúde da população do Cazenga, o que diria?

M.N.- É má, já que não temos ainda infra-estruturas do ponto de vista de água e esgotos. O que nos salta a vista é muito mau.

6.13 Político ignora Habitação e desaloja idosa

Angolense... 11-02-06

Numa acção "abençoada" por António de Carvalho Betencurt, então administrador do Lobito, Manuel Mateus Calumbo, o homem que manuseia os dinheiros do MPLA na província de Benguela, conseguiu, pelo menos por ora, ver satisfeitos os seus anseios, sem que tivesse em conta os meios utilizados. Acontece, porém, que o caso chegou ao Tribunal Supremo, órgão que promete pronunciar-se nos próximos tempos

Flávio Alencar, no Lobito

Trata-se de um diferendo que se arrasta desde 2003, altura em que a cidadã Adelina Nenê Ngueve, de 70 anos de idade, viu-se obrigada a abandonar uma residência cedida pela Habitação, sita no bairro da Restinga, Lobito, hoje sob tutela de Mateus Calumbo. Quando se apercebeu que estava a perder o seu imóvel para o antigo 10 secretário municipal do MPLA, Adelina Nenê, representada por Félix Manuel, seu familiar, decidiu levar o caso ao Tribunal Provincial do Lobito, devido ao que diz ser injustiça. Hoje, os familiares da idosa questionam a posição deste órgão de justiça.

De acordo com fontes conhecedoras do caso, um influente funcionário da Administração do Lobito havia endereçado, primeiro, uma nota ao Tribunal do Lobito na qual reconhecia que a residência é pertença de A. Ngueve, documento este que, a prevalecer, gorava as expectativas do político. Surpreendido, por achar que é um "influente membro do partido", ou não tivesse sido membro do C.C. durante treze anos, este coloca a questão ao então administrador do Lobito, António Betencurt, que, por sua vez, "forçou" o seu funcionário a alterar o teor do documento há muito engavetado. Perante este quadro, a parte lesada não mais fez senão recorrer ao Tribunal Supremo, aguardando por um

pronunciamento favorável em nome da justiça. A arrendatária residia na casa n. o 51 - R/C desde a década 60, poucos anos depois de se ter separado do marido, daí que, temendo os assaltos que ainda se verificam nos dias de hoje, decidiu coabitar com efectivos da Marinha de Guerra. Posteriormente chegou a conclusão de que precisa contar com o apoio de uma figura influente, uma vez que os seus "inquilinos" tinham os olhos postos no imóvel". Por ironia do destino ou não, esta figura influente, que a pudesse oferecer tranquilidade e segurança, dá pelo nome de Manuel Mateus Calumbo. Contra todas as expectativas, segundo ainda o relato das fontes que temos vindo citar, "as coisas acabaram por complicar-se".

Depois de ter tomado contacto com a realidade, o agora secretário para área de Finanças do Comité provincial do MPLA propõe uma outra residência a Adelina Ngueve. Para o espanto desta, acabou sendo encaminhada para o Bairro da Damba Maria, arredores da cidade de Benguela, numa moradia feita de pau-a-pique e capim, onde permaneceu seis meses. Desapontada, decide regressar ao bairro da Restinga, "de onde não deveria ter saído nunca", e, para o seu desespero, encontra a residência ocupada por "homens de Mateus Calumbo".

Documentos a que este Semanário teve acesso, todos assinados pelo jurista Miguel Maiato, delegado provincial da Habitação, confirmam que o espaço em litígio foi arrendado a senhora Adelina Nené Ngueve. A decisão do Tribunal do Lobito, lamentam, legitima a acção de Calumbo, graças a um "empurrão" do então administrador do Lobito, António de Carvalho. Para além da casa, de dois quartos, sala, cozinha e WC, Mateus Calumbo controla ainda um vasto terreno, onde o casal pretendia erguer uma casa maior, e uma estrutura, já transformada em escombros, anteriormente um estabelecimento comercial. O Angolense deslocou-se ao São João (Benguela), onde se encontra actualmente a cidadã, em casa de um familiar, mas não pôde manter a conserva que se impõe para mais esclarecimentos. "Há muito que ela padece de uma doença prolongada, tudo começou depois desta situação", disseram familiares .

6.14 «Nós», a Terra e as Demolições

Capital-25-02-06

Quando me apercebi, finais de Dezembro de 2005, das demolições de casas na zona de Cambamba 1 e 2, aqui em Luanda, invadiu-me imediatamente o sentimento de tristeza. Pensei no que é difícil morar ao relento,

padecendo frio e calor, mas sobretudo do sentimento de «negação» que cria nas pessoas. Uma casa é o lugar onde a alma da pessoa encontra refúgio. A casa é o maior bem na vida para qualquer um de «Nós». Na nossa sociedade é, talvez, um dos bens mais difíceis de ter.

Deixei correr alguns dias, e decidi, no limiar deste ano, visitar a zona para observar in loco o acontecido. Lá fui e achei migalhas de blocos deitados sobre um chão emudecido. As casas lá não mais estavam, simplesmente uns tuguírios feitos com chapas de zingo, que não passavam de dois metros de altura, fazendo-me lembrar capoeiras. Nalgum sítio, onde havia uma aglomeração de homens, mulheres e crianças, eu parei, estacionei e desci do meio que me tinha ajudado chegar até lá. Não me estavam a ver com bons olhos. À minha simpática saudação, os meus concidadãos acabrunhados respondiam com uma tibieza inimaginável. Percebo, rosnei. Depois fui entrando na alma deles e eles na minha e, a pouco e pouco, fomos abrindo-nos ao diálogo. De vez em quando me inclinava junto de alguém que permanecia imerso em pensamentos lúgubres, tentando consolá-lo inutilmente.

Depois o círculo foi ficando grande, e as queixas e os desabafos começaram a tornar-se cada vez mais volumosos ante mim, desprovido de decisão. Prestei toda a atenção possível diante das explicações do drama. Fiquei admirado por ver mulheres que não possuíam níveis de escolaridade articularem destemidamente, embora desrespeitando a língua de Camões, o discurso da negação. Negação à existência! Fui com a intenção de fazer-lhes muitas perguntas, mas cheguei a fazer apenas três ou quatro das quais emanaram respostas, comentários, críticas e lágrimas. Ao cabo de muitas horas deixei o lugar. E durante o insuportável engarrafamento que me fez parar durante quase uma hora sobre a minúscula ponte junto à Vila da Gamek, o assunto não me fugia da mente. Tentei espremer tudo do meu cérebro, mas nada daí se escapava. Deixei ficar o assunto rebolando na minha cabeça e passei a ruminar todas as vozes, tentando perceber a complexidade do drama. É que o assunto das demolições é tão complexo que clama por um debate nacional. A terra, agora, passou a ser uma questão fundamental em todo este processo. Não tenho dúvidas de que ela será doravante uma espinha presa na garganta deste país.

Em cada demolição «Nós» estamos a adiar a vida não de uma pessoa, mas de uma família inteira. O sonho da realização dos projectos e anseios passa a ser uma frustração. Uma casa que se deita ao chão é o encorajamento de uma mente que muito cedo apanha

trombose.

Sendo Luanda, a capital do país, o centro das decisões políticas, há-se trabalhar para a criação de modelos que facilitem e satisfaçam o acesso à terra e à habitação condigna. Caso contrário, teremos os mesmos problemas nas sedes provinciais do país. Está aí o DESAFIO.

6.15 Receber terrenos aos pobres

Folha 8...18-02-06

Os cidadãos proprietários de títulos provisórios de terrenos do Governo provincial de Luanda, GPL, no prazo de seis meses não arrancarem com as Obras ficarão sem os respectivos espaços, segundo promessas do governador provincial Job Castelo Capapinha, durante o encontro com os mesmos no dia 11.02.

A medida enquadra-se no grupo das que foram tomadas pelo GPL com o propósito de dar uma outra imagem, mais bela, à de capital de Angola. Livrar a cidade de espaços cobertos de chapas e lixos é o objectivo do novo desafio do pelouro de Job Capapinha

“Aqueles pessoas que esperam pela sorte que está a vir não sei de onde e no espaço de seis meses não arrancarem os seus projectos lhes serão accionados estes itens(retirados os títulos)”, disse, lembrando ser necessário respeitar os requisitos impostos na altura da concepção dos títulos.A obrigatoriedade de seis meses a seguir à atribuição dos espaços se iniciarem os projectos, é um dos requisitos. Porém Job Capapinha adiantou que aos titulares que estão a realizar os respectivos projectos lhe será dado um prazo para a conclusão dos mesmos, enquanto que as pessoas que ainda não legalizaram os terrenos deverão fazer antes de arrancar com os projectos. Alguns dos titulares que participaram no encontro consideram estar o GPL com “alguma razão”, visto que “muitos têm os terrenos há muito tempo, mas não fazem nada”, defendeu Silva Torres titular de um espaço alhares no bairro do Benfica.

Quem também apoia a decisão do GPL é o presidente da ONG, vocacionada a defesa dos direitos habitacionais dos cidadãos, SOS Habitat, Luís Araújo para quem “ não se deve tirara a razão ao governo quando ele tem. A lei prevê isto e tem que se cumprir”, defendeu. No entanto, contrariedades não faltaram, Vicente Pereira, titular de um espaço no município do Kilamba Kiaxi, defende ser “pouco” o prazo estipulado pelo GPL e que, segundo o seu director de

comunicação, Ladislau Silva, não tenciona abrir prerrogativas. Existem nesse momento cerca de três mil terrenos nas condições que o GPL prevê confiscar, sendo os municípios da Viana, do Kilamba Kiaxi e da Samba os mais abrangidos. Estas zonas começaram a ser habitadas devido o crescimento habitacional que se registou na cidade capital nos últimos anos. Luanda hoje tem cerca de 4 milhões de habitantes contra as 500 mil inicialmente previstas.

Como já fizemos referência a decisão de confiscar os terrenos aos cidadãos tem como objectivo dar outra imagem à cidade capital. Entre outras o governo de Luanda já apostou em diferentes modelos de recolha de lixo e na pintura obrigatória dos edifícios. Mas o fracasso foi um facto em todas elas.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Luanda está a mudar de visual

O Independente...04-02-06

A constatação é dos próprios cidadãos que falaram ao INDEPENDENTE relativamente às melhorias que o novo modelo de recolha de Lixo aprovado pelo Governo da Província de Luanda (GPL) trouxe

Verdade seja dita que Luanda, particularmente a zona urbana mostra hoje um outro aspecto em relação ao período que antecedeu a entrada em vigor do novel modelo de limpeza da capital que é (era) tida como uma das mais porcas do continente africano. Um visual que deixa (va) muito a desejar. Nos anos em que a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) era gerida pela Urbana 2000, sendo ela sozinha a responsável pela limpeza e saneamento da cidade capital, observava-se um cenário completamente desagradável e preocupante. Ela própria era incapaz de assegurar e manter limpa a cidade de Luanda, pela sua situação geográfica consubstanciada em inúmeros bairros periférico, onde, por vezes, o acesso de viaturas é extremamente difícil. Descontentamentos, greves etc., marcaram aquela direcção que se via impotente para resolver as solicitações dos seus empregados.

De resto, Luanda viveu um dos seus piores momentos quanto a sua sanidade. Contentores abarrotados de resíduos sólidos e lixeiras por todo lado era uma dos cenários que caracterizavam a capital. Nem mesmo com a entrada, no cenário de operações, de outras operadoras, logo após de se ter quebrado o contrato de

gestão que ligava o GPL à Urbana 2000, as coisas melhoraram. Distribuiu-se então as diferentes operadoras - já sob os "ombros" da ELISAL -, por zonas. Essas também foram incapazes de devolver a imagem que a capital apresentava nos idos anos 80. O que as autoridades governamentais alegavam, na altura, era o crescimento populacional que Luanda tem vindo a registar a partir dos anos 90. A população aumentou e o lixo também, mas diga-se, em abono da verdade, que faltou igualmente eficiência das operadoras. Com a aparição de outras operadoras, tudo indica que as coisas melhoraram um pouco. Pelo menos é isto que se verifica em alguns municípios, onde o novo modelo de limpeza da cidade, resumindo-se na retirada de contentores da via pública, recolha porta a porta, na colocação de contentores privados em alguns edifícios etc., vigora.

Hoje em dia nota-se uma certa melhoria no que concerne à higiene em algumas ruas da cidade. As estradas do centro de Luanda têm sido constantemente varridas. Observa-se um grande esforço por parte dos homens para retirarem o lixo, areia e outros objectos que fazem morada nas estradas e passeios. Mesmo no período nocturno observam-se brigadas de limpeza em algumas ruas, o que demonstra que a ELISAL está, de facto, apostada em mudar o visual de Luanda. Há bastante tempo que os cidadãos não viam um panorama igual. "A imagem está mesmo a melhorar. Se a situação se mantiver será uma vitória para a ELISAL", disse um cidadão abordado por este jornal numa das ruas de Luanda.

A recolha de lixo porta a porta tem tido êxitos em alguns municípios da cidade, nomeadamente, Ingombota, Range! e Maianga. No entanto uma grande deficiência em municípios como o Cazenga, devido a inacessibilidade das viaturas, segundo um motorista de uma das operadoras que falou connosco.

7.2 Luanda continua (ainda) o mesmo aterro sanitário a céu aberto

A Capital...04-02-06

Os luandenses defendem que, actualmente, já não se assiste a grandes concentrações de lixo como até então se verificava, por força de algumas inovações na recolha por parte do GPL, mas o inverso também é verdade: há ainda bastante trabalho pela frente

Fazia parte do anedotário angolano, em tempos não muito distantes, a referência segundo a qual o lixo em Luanda parecia ter vida, tal é a insistência como aparecia nas ruas de Luanda, sobretudo quando se

recorreu aos préstimos de cidadãos filipinos para o trabalho de recolha, cujos resultados revelaram-se inglórios. Agora que o Governo Provincial de Luanda parece ter encontrado o antídoto com a introdução de um novo sistema de recolha, os luandenses mostram-se regozijados, temendo, no entanto, estar-se diante de mais parra do que propriamente uva.

Maria António, ao que contou, não deixa de manifestar uma profunda preocupação quando recorda do tempo em que pensava duas vezes antes de abrir a janela que dava para o chamado «Triângulo dos Congolenses». «Cheirava tão mal que dava a impressão que o lixo chegava até às nossas janelas», criticou. Hoje por hoje, já se mostra um pouco mais aliviada, pelo facto da recolha de lixo ter melhorado bastante, daquilo que é a experiência dos 20 anos de vida no chamado «Prédio dos Caputos», no bairro com o mesmo nome.

Lá, reconheceu, existia uma gigantesca lixeira, facto que não raras vezes era a principal responsável pelo surto de malária que grassava por aquelas bandas. Por aquilo que vê, sobretudo depois que o executivo de Job Capapinha implementou o novo sistema de recolha de lixo para Luanda, as coisas mudaram muito de figurino, não só no seu humilde bairro, mas também noutros pontos da cidade. «Se o lixo apareceu, então também tem que desaparecer», aferiu. Quando foi viver nos Caputos (Angola dava ainda os primeiros passos de independência) o lixo era algo doutra galáxia, algo que começa a reviver nos dias que correm.

«Já consigo abrir a janela à-vontade», congratulou-se, e, a par disso, apreciar o novo espaço que foi erguido no largo adjacente ao prédio onde vive, antes «ornamentado» por uma lixeira. Até a presença de carros de recolha de lixo passou a ser uma constante. O cenário presenciado por Maria António não é exclusivo ao seu bairro, mas é uma melhoria que Luanda vai registando, ainda que timidamente, sobretudo com a redução dos principais focos de lixo. Fonte do Governo Provincial de Luanda afirmou que tal melhoria se deve em grande escala à entrada dos novos operadores na recolha do lixo. No bairro Mártires de Kifangondo, também visitado por este jornal, populares revelaram que muita coisa mudou depois que os carros de recolha começaram a ter passagem diária de porta em porta.

«Há vezes em que, com alguma sorte, os carros chegam a passar duas vezes por dia, logo ao nascer do dia e às noites», pelo que não temos razões de manter o lixo em casa», afirmou um dos moradores, regozijado com a actual dinâmica imposta na lida com o lixo. Moradora da rua 6 do Mártires, dona Elisa sente que a introdução

de recipientes próximo às residências veio facilitar o trabalho e combater uma «certa preguiça das pessoas em deslocarem-se a grandes distâncias».

Antes, «existiam assustadores amontoados de lixo, que agora acabaram por desaparecer, tão logo as operadoras conseguiram dar conta do recado». «As pessoas têm o mau hábito de pensar que o problema do lixo apenas diz respeito ao governo, quando se trata de uma questão que deve ser combatida por todos», aconselhou.

Assim como Maria António, no bairro dos Caputos, e dona Elisa, no Mártires de Kifangondo, são muitos os populares que partilham da mesma asserção de que, de facto, quando se pensava que já não existia solução, o problema pode, afinal, ter uma solução. «A destruição do lixo todos os dias, pode ajudar na diminuição de várias doenças», reforçou dona Elisa.

7.3 Energia e água «imprópria para consumo»

A Capital... 04-02-06

A Edel e a Epal, mais a primeira que a segunda, não tem sabido dar resposta cabal às exigências da população. Os luandenses continuam ainda a viver ao lusco-fusco. A água está cada vez mais rara, a tal ponto que para consumir a grande maioria da população está dependente da alma caridosa dos proprietários de vários camiões cisternas, que ainda assim comercializam água imprópria para consumo

Nenhum dos nove municípios que conformam a província de Luanda escapa daquilo que é um mal generalizado: falta de energia eléctrica e a débil e quase inexistente distribuição de água potável, mais a mais em se tratando de um país que é dono de uma cobiçada riqueza hídrica. Bairros há em Luanda onde os moradores vivem num completo breu, por nunca terem beneficiado de energia e cujas torneiras andam tão ressequidas por nunca verem jorrar o tão precioso líquido. São 30 anos de independência e 430 de vida de Luanda, mas as infra-estruturas continuam a ser antigas, que datam ainda do tempo da «outra senhora».

Muitos dos inquiridos por este jornal manifestaram o seu completo descontentamento pela cruel situação que hoje vivem. «Não temos nenhum motivo para festejar o aniversário de uma cidade que não oferece condições», reclamaram.

Falar de água corrente no município do Cazenga, o mais populoso de Luanda, é quase uma heresia. Aliás, o que mais abunda naquele município tem sido água proveniente dos esgotos que proliferam a zona. A

obtenção da água potável, a única reservada ao consumo humano, tem exigido até ao momento ginásticas mil por parte dos populares. Até mesmo no bairro Tala-Hady, um dos bairros mais referenciados do Cazenga, os seus moradores reclamam de uma certa irregularidade no fornecimento de água potável, o que acontece apenas durante três dias por mês. «Somos obrigados a conservar água suficiente para aguentarmos todo o mês, temos que fazer grandes ginásticas para tomar banho em condições e enfrentamos enormes dificuldades para lavar a roupa», desabafou Ana André, de 68 anos, que reside há já longos 30 anos naquele bairro.

Recorda com alguma nostalgia do tempo em que «o Cazenga parecia uma cidade», de tão limpo que era, em que jorrava água e eram poucos os problemas com o fornecimento de energia. «Agora, quando até já estamos independentes, as coisas pioraram», afirmou. Quando o assunto é o fornecimento de luz eléctrica, ela prefere manter-se distante. «Dá-me até vontade de chorar», revelou ainda a senhora. Ademais, já vai longo o tempo em que teve que se conformar com o preto da parede e do tecto da casa, em consequência do excessivo recurso ao candeeiro a petróleo. «Até o nosso corpo fica preto», reforçou. (...)

«As nossas coisas, sobretudo alimentos perecíveis, acabam por estragar, porque há vezes em que chegamos a ficar entre três e seis meses sem energia. sem ninguém explicar o que na realidade se passa», lamentam os moradores.

7.4 Cólera: 40 casos e oito mortos

Angop...21-02-06

O ministro da Saúde, Sebastião Veloso, anunciou, em Luanda, que foram registados quarenta casos de cólera, que já vitimaram oito pessoas, no bairro da Boavista, município da Ingombota.

O governante, que falava à imprensa depois de ter efectuado uma visita ao local, adiantou que estão criadas as condições de tratamento e internamento dos futuros casos nas diversas unidades sanitárias. Apelou a população a dirigir-se às unidades sanitárias, pois, segundo disse, há medicamentos suficientes e técnicos capazes para os atender e fazer face ao surto de cólera, detectado pelas autoridades sanitárias desde 13 de Fevereiro deste ano.

No local, frisou Sebastião Veloso, a água encontrada está altamente contaminada, tendo sido detectado o embrião olérico nos produtos de secreção colhidos e levados a um laboratório. Acrescentou que para

combater o surto, o governo da província enviou ao bairro, quatro cisternas com água potável e está a desenvolver uma campanha de sensibilização para prevenção de novos casos, uma vez que todos os bairros ligados ao litoral são de fácil contaminação, porque a bactéria da doença vive na água. A cólera é uma doença altamente contagiosa que se transmite através da água, alimentos contaminados ou contacto directo com as fezes de pessoas doentes.

Embora considere a situação de preocupante, o ministro disse acreditar que daqui a poucos dias já se poderá prever o fim do surto, uma vez que a principal medida é a prevenção e a manutenção dos cuidados básicos de higiene.

Por sua vez, a vice-governadora da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, disse que o governo provincial está a tomar medidas para prevenir a expansão da doença. Em seu entender, a missão será dificultada pelo facto de não ser possível confinar a população numa zona determinada e pelo contacto que há entre os habitantes da Boavista e do Zango (Viana), local onde estão a ser realojados. Mesmo assim, adiantou, estão a distribuir água potável aos populares da Boavista, tendo acrescentado que a solução para o problema passa pelo realojamento da população, porque a zona da Boavista não oferece condições humanas de habitabilidade.

Acrescentou que o programa de realojamento dessa população, que começou a três anos, prossegue, tendo até ao momento sido realojados seis mil famílias, faltando actualmente quatro mil. O surto de epidemia foi declarado domingo pelo Governo da província de Luanda. A doença manifesta-se por vômitos e diarreia profusa de cor esbranquiçada (como a água de arroz) que leva a desidratação grave e morte em poucas horas. (...)

A conferência contou ainda com a presença do vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnem, a representante da OMS, Fatoumata Diallo, a directora nacional de saúde pública, Adelaide de Carvalho, entre outras entidades.

7.5 Mercados de Luanda deixam de registar focos de lixo

Jornal de Angola... 20-02-06

Tal como acontece nalguns bairros, a campanha de recolha de lixo é também desenvolvida nos mercados da capital do país. O aglomerado de resíduos sólidos que se registavam em alguns mercados quase deixaram de existir. No Roque Santeiro, Asa Branca, mercado municipal dos Cajueiros, Kikolo e no do Tunga Ngo já

não existem focos de lixo.

Nestes mercados, a recolha de resíduos sólidos não é feita pelas empresas que prestam serviços nos bairros, mais sim pelos próprios vendedores em coordenação com a administração dos referidos mercados. Ali, realiza-se uma campanha normal todas as manhãs e tardes, enquanto que a geral é somente desenvolvida à segunda-feira, altura em que estes (mercados) ficam encerrados. No mercado do Roque Santeiro foi constituída uma equipa de 18 elementos, denominada “Só Limpa” que tem feito todos os dias das 4 horas às 10 da manhã e das 15 às 17 horas, a recolha de todos os resíduos sólidos produzidos pelos vendedores. Já a limpeza geral é efectuada às segundas-feiras. Com um espaço de mais de um quilómetro, são diariamente recolhidos 20 a 30 damperes de lixo.

Segundo o administrador adjunto daquele mercado Izequiel João Doceba, o lixo que se encontra logo à entrada do mercado no chamado “tanque d’ água”, não é proveniente do Roque Santeiro, mas sim dos municípios dos arredores do bairro Sambizanga. “O Roque Santeiro tem um limite e todos que se encontram fora dele, como é o caso da lixeira ao lado do tanque e vendedoras em redor dos armazéns não estão sob a responsabilidade da administração do mercado”, disse o responsável que considerou o caso ser da responsabilidade da administração municipal e fiscalização do município. “Dentro do nosso espaço de acção não existem focos de lixo, o que não constitui perigo para a saúde dos nossos clientes”, reforçou.

Izequiel João Doceba disse ainda que para além dos dois damperes, cedidos pelo governo de Luanda para a recolha de resíduos sólidos, ao logo do mercado estão espalhados 400 tambores, distribuídos em doze sectores. “Cada sector tem um determinado número de tambores, bem como trabalhadores”, frisou. Para além dos 100 kwanzas que cada vendedor deve pagar diariamente, todas as sextas-feiras, contribuem ainda com 20 kwanzas que servem para o pagamento dos elementos que fazem limpeza às segundas-feiras. Filipa José, cliente assíduo, considera o Roque mais organizado em relação ao tempo anterior. “Se notares é difícil encontrares nas filas das bancadas lixo, papel ou um outro objecto qualquer. Acho que actualmente as coisas estão mais organizadas”, disse. Segundo ela, para além do lixo os assaltos eram constantes o que já não se faz sentir, fruto do trabalho da Polícia e administração do mercado.

O mercado do Asa Branca que quase deixou de existir, o lixo é o cartão de visita para quem percorre as ruas que dão acesso ao mercado provisório. O novo

mercado criado para albergar os vendedores enquanto dura a reabilitação do antigo, se encontra às moscas. Ali, no então chamado Quintalão não existe um número determinado de vendedores, como também o lixo não se faz sentir. Tudo porque os antigos vendedores resolveram vender nas ruas que dão acesso ao antigo mercado. Quem entra para a 5ª Avenida logo ao portão do Centro de Formação Profissional do Cazenga depara-se com sacos, papéis, garrafas, latas tudo quanto contribui para a composição de resíduos sólidos. De acordo com a administração do mercado, o lixo que se encontra nestas ruas é produto das pracinhas que os vendedores resolveram criar, e nada tem a ver com aquela instituição. Reça Ngueva, administradora adjunta do mercado disse que o panorama de desarrumação é fruto destas (pracinhas) e que só a administração municipal e a fiscalização do município, estão em condições de mudar o quadro. “O que é preciso fazer, é acabar com estas pracinhas que para além de atrapalhar o comércio no Quintalão estão a estragar algumas ruas do Cazenga”, disse.

A responsável, disse ainda que não tem havido sobressaltos na recolha de lixo, porque a administração do mercado tem contado com a colaboração das coordenadoras dos sectores. “O processo que existia no antigo mercado é o mesmo que existe cá”, disse para concluir que embora as pessoas pensem que todos os resíduos sólidos que se encontram nos arredores dos mercados sejam provenientes destes. “Isto não é verdade porque os mercados sempre contaram com brigadas de limpeza. É preciso realçar que boa parte deste lixo é produzido pelos populares destas áreas”, concluiu.

De acordo ainda com Reça Ngueva, a preferência destes comerciantes pela rua tem muito a ver com as quotas pagas diariamente, com alegada falta de movimento no Quintalão e a falta de táxi no local. “Muitos vendedores fogem para não pagar 100 kwanzas à administração do mercado, porque na rua são liberais e outros alegam a não existência de clientes”, considerou.

Já no mercado municipal dos Cajueiros, apesar de não existir lixo, o número de comerciantes está a cada dia que passa mais diminuto. Reabilitado e mais organizado, as campanhas de recolha de resíduos sólidos é também feita nos períodos acima referidos. Dividido por três sectores, sendo o primeiro de produtos perecíveis, o segundo de orto-frutícolas e o último de pescados secos, o mercado dos Cajueiros anda mais calmo comparado aos anos anteriores. A fuga ao fisco é uma das razões apresentadas pelo administrador daquele mercado.

António Kassange disse que diariamente duas a três vendedoras preferem abandonar o mercado para comercializar na rua. Neste sentido apelou às entidades principais, a tomarem medida, por forma a tornar o comércio mais organizado e limpo.

7.6 Empregues USD 30 milhões na reabilitação do sistema de Água

Jornal de Angola... 22-02-06

TRINTA milhões de dólares, disponibilizados pelo Governo de Angola, começam a ser empregues, em Março próximo, na recuperação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água canalizada da cidade do Huambo e periferia.

Segundo o director provincial da Energia e Águas, José Adolfo, o equipamento para o restauro do sistema já começou a chegar ao país. Em Março inicia a reabilitação dos 110 quilómetros de conduta de distribuição de água canalizada da cidade do Huambo. Os trabalhos terão a duração de oito meses e vão consubstanciar-se na reabilitação integral do sistema de captação e tratamento de água do rio Culimahala e na construção de 45 chafarizes na periferia da cidade do Huambo. A conduta de água canalizada da cidade do Huambo existe há mais de 60 anos e nunca beneficiou de obras de restauro. As rupturas ao longo da rede são bem visíveis nas principais artérias da cidade, o que tem causado sérios prejuízos à Empresa Provincial de Águas.

Por outro lado, no quadro da melhoria do abastecimento de água potável à população do Huambo, o governo da província está a investir este ano 90 milhões e 665 mil kwanzas na recuperação do sistema de água canalizada, nos municípios de Bailundo, Mungo e na comuna de Lunge (Bailundo).

7.7 Empresas dizem que é preciso repensar todo o sistema

Capital...25-02-06

Em 2001, a abertura para empresas privadas levou os angolanos a sonharem com transportes públicos mais cómodos e eficientes. Hoje, cinco anos depois, mantém-se o pesadelo em que seres humanos são transportados como se de bois se tratassem

Cinco anos depois da liberalização, esperava-se uma mudança de cenário no sistema de transportes públicos em Luanda. Mas não é o que se vê hoje. Tal como acontecia há cinco anos atrás, hoje os populares ainda

se acotovela na disputa feroz por um lugar em autocarros públicos reconhecidamente incapazes de garantir alguma comodidade ao utente. Foi o que constatou, por exemplo, a estudante Engrácia Sambi, 19, que na última quinta-feira, 16, se viu envolvida por uma multidão que a empurrava enquanto tentava um lugar num autocarro pintado com as cores da empresa Angoaustral.

«Foi terrível», contou a jovem ainda ofegante depois de, por fim, ter conseguido o lugar. Até poderia dar-se por feliz. Lá fora, largas dezenas de pessoas continuavam a apertar-se, empurrando-se umas às outras na luta para entrar no veículo e, também, para fugirem da chuva miúda que caía sobre Luanda na manhã daquele dia. A situação, de facto, não é nova. Vários são os utentes de autocarros públicos em Luanda que se queixam da fraca qualidade dos serviços que são prestados pelos cinco operadores que receberam do Governo licenças para explorar esta actividade. Em boa verdade, os utentes nem sequer precisam de se queixar: todos os dias, os luandenses deparam-se com autocarros a transportarem três vezes mais pessoas que o número permitido pela sua real capacidade, num claro sinal de que os autocarros disponíveis não são, nem de longe, suficientes para atender a demanda. É também disso sugestivo a enorme concentração de populares que se faz sentir quotidianamente nas paragens.

«É preciso ter muita, mas muita paciência mesmo», comenta, ao semanário *A Capital*, o marinheiro Domingos Manuel. A estudante Engrácia Sambi, por sua vez, explica a razão pela qual a paciência é a qualidade mais importante para quem decide viajar de autocarro: «a pessoa já viaja em pé e ainda é empurrada aqui e ali porque esses autocarros estão sempre cheios», lamenta.

De facto tem sido assim.

Grande parte das viaturas que fazem transporte urbano e colectivo, em Luanda, estão preparadas para transportar até 80 pessoas. Porém, segundo José Augusto Junça, director da transportadora Tura, as condições actuais fazem com que os autocarros convencionais (os articulados e os bi-articulados) são os utentes de autocarros públicos em Luanda que se queixam da fraca qualidade dos serviços que são prestados pelos cinco operadores que receberam do Governo licenças para explorar esta actividade. Um autocarro convencional levava, no recuado ano de 2001, 35 minutos para completar o percurso entre o Hospital Militar Central de Luanda, no município das Ingombotas, e o município da Via na Hoie. o mesmo autocarro só consegue completar esse mesmo percurso depois de duas horas e meia dos transportam,

naturalmente, mais gente) transportem o dobro da sua capacidade, isto é, entre 140 a 160 pessoas.

«Os autocarros», explica o utente Domingos, «ficam mesmo muito cheios e, com o calor que se faz sentir, vivemos uma situação muito desagradável». Em Novembro de 2001, a cidade de Luanda assistiu ao princípio daquilo que poderia ser uma autêntica revolução no sistema local de transportes públicos. Até então, o transporte colectivo e urbano de passageiros era garantido pela Tcul, companhia detida pelo Estado e que explorava essa actividade em regime de monopólio. A entrada da Macon, da Tura, da Angoaustral e, mais recentemente da Sgo, marcou a desejada mudança mas, agora, os seus efeitos quase que não são sentidos pelos populares. Hoje, cinco anos depois, a constatação é inevitável: «estamos muito longe da qualidade desejada», confirma Augusto Junça, director-geral da Tura.

Como gestor, Junça conhece bem o que se passou com as empresas. Ele constata, entre outras coisas, que entre 2001, o ano da abertura do sector a empresários privados, e o presente ano de 2006, a situação se degradou em profundidade. Recentemente, um relatório tornado público revelou que as cinco operadoras do sistema reduziram os meios rodantes em 10 por cento, isto relativamente aos autocarros em circulação entre 2004 e 2005. Assim, a sociedade angolana foi servida, em 2005, por 388 autocarros, um número bastante próximo da revolucionária cifra que se atingiu em 2001 quando o deficiente sistema de transporte público de Luanda passou a contar com o concurso de 360 autocarros. Ao longo desse intervalo, segundo Junça, as empresas até implementaram os respectivos programas de aumento da frota. A verdade, porém, é que a velocidade de degradação dos autocarros foi muito maior que a capacidade financeira da empresa para comprar novos meios.

«De facto, fomos pouco a pouco reduzindo a dimensão da frota, já que o número de avarias é, em grande medida, cada vez maior».

MÁS ESTRADAS, MAU TRÂNSITO

O trânsito caótico e a degradação das estradas são factores apontados por Augusto Junça como os principais culpados pelas profundas carências que se registam a nível dos transportes públicos. Na actualidade, um autocarro leva muito mais tempo para cumprir um trajecto relativamente ao ano de 2001, por exemplo.

Como assim? Junça explica que, no caso da sua empresa, um autocarro convencional levava, no recuado

ano de 2001, 35 minutos para completar o percurso entre o Hospital Militar Central de Luanda, no município das Ingombotas, e o município da Viana. Hoje, o mesmo autocarro só consegue completar esse mesmo percurso depois de duas horas e meia. Para esta situação, o culpado é, sem sombra de dúvidas, o constante congestionamento do trânsito em Luanda. E para o trânsito caótico, contribui também o mau estado das estradas. «Vejamos um exemplo», explica o empresário. «Em quase todos os bairros, as ruas interiores não estão boas e, por isso, o trânsito que deveria escoar por ali acaba por se concentrar nas principais avenidas». E o resultado, tal como ilustra, é o que se vê: «um grande engarrafamento e uma grande falta de mobilidade».

Trata-se, pois, de uma situação que também acaba por influenciar na manutenção e conservação da frota de autocarros detidos pelas empresas de transporte público. Pelas condições das estradas e, também, pelo excesso de lotação, algo quase obrigatório nos autocarros, uma viatura que teria cinco anos de vida útil acaba por ver esse tempo reduzido em sete meses. «E o tempo de vida pode ser, ainda, mais curto se aliarmos a isso o comportamento da população que come nas viaturas, sobe e desce pelas janelas, além de passageiros»

Perante tamanho quadro, às empresas não restam alternativas senão repensar toda a estratégia de funcionamento do sector. José Augusto Junça é da opinião que o plano inicial está reajustado por vários factores. «A população aumentou, por exemplo. Por este e outros factores é necessário repensarmos tudo», a começar por uma nova organização das rotas atribuídas para que «se possa servir a população da melhor forma».

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 IRSEM vai reintegrar mais de 30 mil ex-militares

Jornal de Angola... 23-02-06

O Instituto de Reintegração Social dos Ex-militares prevê desmobilizar e reintegrar no presente ano mais de 30 mil militares das Forças Armadas Angolanas, na senda da conclusão do Protocolo de Lusaka.

A informação foi prestada na cidade do Lubango, Huíla, pelo director regional Sul do IRSEM, Luís Nogueira, no acta da abertura de um seminário de capacitação dos responsáveis e parceiros de actuação

do IRSEM das províncias do Namíbe e Huíla. Segundo ele, "dentro em breve vamos concluir como protocolo de Lusaka no que toca à desmobilização, começando por desmobilizar e reintegrar pelo menos 33 mil ex-militares das FAA, que sairão brevemente".

Segundo Luís Nogueira, a acção constitui um grande desafio, pelo que, para a sua continuidade, "pedimos a colaboração dos nossos parceiros". Ele frisou que onde há deficientes físicos, é preciso implememar-se o projecto de reabilitação física. Apelou aos participantes uma especial atenção, porque neste momento há uma exigência muito grande no que toca à transparência na gestão dos fundos para o programa, patrocinados pelo Banco Mundial, União Europeia e o Governo angolano.

"Exorto a um maior empenho da vossa parte. "Nós não queremos suspender determinados contratos por esta ou aquela anomalia", disse.

8.2 Governo investe USD milhões na reintegração de desmobilizados

Jornal de Angola... 24-02-068

TRÊS milhões e 737 mil e 270 dólares americanos é o montante que o Governo Central investiu na província do Bié, durante o ano de 2005, na reintegração dos desmobilizados das ex-forças militares da UNITA.

A informação foi dada ontem à Angop no Kuito pelo director provincial do Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares (IRSEM), António Amaral. Ele referiu que o referido financiamento foi concebido no âmbito do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR). O responsável sublinhou que o projecto em causa beneficiou sete mil e 804 desmobilizados das extintas forças militares da UNITA e 39 mil seus dependentes envolvidos em acções de impacto social.

Os projectos basearam-se, segundo ele, no fornecimento de imputes agrícolas diversos, tais como gado bovino, com suas respectivas charruas para tracção animal, bem como financiamentos para o desenvolvimento de pequenos negócios. António Amaral disse ainda que o projecto beneficiou, numa primeira fase, os desmobilizados dos municípios do Andulo, Chinguar, Kamacupa, Katabola e Kuito, por serem áreas de maior concentração de ex-militares e seus familiares. Este ano, o Programa Geral de Desmobilização e Reintegração vai se estender aos municípios do Chitembo, Cuemba, Kunhinga e Nhárea, com vista a suprimir paulatinamente as dificuldades so-

ciais dos desmobilizados reassentados nas suas áreas de origem.

Ele referiu que um outro projecto de assistência sócio-económica, avaliado em 418 mil e 110 dólares americanos, será implementado este ano. Neste projecto serão beneficiados cerca de 250 ex-soldados portadores de deficiência localizados no município do Kuito. Apelou aos desmobilizados das ex-forças militares da UNITA que ainda não efectuaram a inscrição no sentido de o fazerem, para que todos possam beneficiar do PGDR do Governo central.

8.3 Portugal vai apoiar missões de paz das FAA

Jornal de Angola...22-02-06

O ministro português da Defesa, Luís Amado, manifestou segunda-feira, em Luanda, a intenção de "valorizar", no próximo quadro de apoio militar a Angola, áreas relacionadas com missões de paz em África, dadas as crescentes solicitações das Forças Armadas Angolanas (FAA).

“Vamos valorizar o que tem vindo a ser feito em apoio a missões de Paz em África”, afirmou Luís Amado. Para o ministro português, esta opção resulta do facto das Forças Armadas Angolanas serem “cada vez mais solicitadas” para este tipo de acções.

“Gostaríamos de valorizar esta área no próximo quadro de apoio militar”, reafirmou Luís Amado, que tinha terminado pouco antes uma visita ao Estado Maior do Exército e ao Estado-Maior da Marinha de Guerra. Se, em relação ao exército, a opção é na área do apoio a missões de paz, no que se refere à Marinha, o Governo português pretende "ajudar a criar uma capacidade naval de fiscalização costeira", disse. Luís Amado recordou que a sua visita a Angola insere-se na preparação do programa de apoio militar para o próximo triénio, destacando que está em curso “uma avaliação do que tem sido a cooperação, ajustando-a a um novo ciclo da vida angolana e às novas perspectivas do papel das FAA no desenvolvimento da sociedade angolana”.

No prosseguimento da sua visita a Angola, o ministro da Defesa português deslocou-se ontem ao centro de instrução de comandos de Cabo Ledo, na província do Bengo, e à Escola de Aviação no Lobito, província de Benguela. Acompanhado do seu homólogo angolano, Kundi Paihama, o ministro luso recebeu do comandante da brigada especial de comandos, coronel Paulo Falcão, explicações do sistema funcional do centro. Tomou igualmente conhecimento das técnicas

utilizadas na formação de brigadas militares especiais de alguns países vizinhos (RD Congo e Congo-Brazzaville), assim como sobre a participação das FAA no sistema de segurança regional. Foram ainda dadas explicações sobre a participação de Angola nos exercícios militares conjuntos a nível regional e como a direcção de tropas especiais angolanas tem dado o seu contributo em missões de paz sob a égide da União Africana, da Comunidade de Estados da África Central (CEEAC) e da SADC. Aos dois ministros foi ainda dado a assistir a duas demonstrações tácticas, uma em terra, simulando o resgate de um militar das forças especiais, e outra no mar, simulando a infiltração de tropas anfíbias no litoral, através de helicópteros, bem como visitaram uma exposição de meios militares utilizados por estas tropas.

As escolas de comandos e de pilotos são duas das instituições militares abrangidas pela cooperação técnica portuguesa em Angola.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.
Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

2.2 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.